



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA COSTA

**Projeto Ético-político: limites e fortalecimento da prática profissional
dos Assistentes Sociais do CRAS/DF.**

Brasília-DF
Setembro/2014

MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA COSTA

**Projeto Ético-político: limites e fortalecimento da prática profissional
dos Assistentes Sociais dos CRAS/DF.**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social (SER) do Instituto de Ciências Humanas (IH), como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Adrianycé Angélica Silva de Sousa.

Brasília-DF
Setembro/2014

MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA COSTA

**Projeto Ético-político: limites e fortalecimento da prática profissional
dos Assistentes Sociais dos CRAS/DF .**

A Banca Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de
Serviço Social, da Universidade de Brasília, da estudante

Maria Auxiliadora Oliveira Costa

Profª. Drª. Adrianyce Angélica Silva de Sousa

Orientadora - SER/UnB

Profª Drª. Daniela Neves de Souza

Membro Interno - SER/UnB

Profª Msc. Morena Marques

Membro Interno - SER/UnB

Brasília-DF, 16 de setembro de 2014.

Um projeto profissional implica determinadas condições; deve atender a necessidades sociais, realizadas de determinadas formas, e produzir um resultado objetivo, com implicações sociais e desdobramentos éticos e políticos.

Maria Lucia Barroco

AGRADECIMENTOS

À um ser superior que de alguma forma está sempre presente em todos os momentos de minha vida, dando coragem, sabedoria, superação e confortando nos momentos difíceis;

À minha filha Naomy Hannah, pela sua compreensão e apoio nas horas de ausência e falta de tempo que deixei de dedicá-la;

Aos meus queridos pais Maria e Quintino Costa (*in memoriam*) que apesar da ausência da educação formal, conseguiram me propiciar grandiosas lições de vida, de amor, perseverança, superação, coragem e comportamento ético;

Ao meu companheiro de coração e de caminhada Raimundo Mattos que sempre presente, me incentiva e apoia em todas minhas decisões;

À docente, orientadora, Prof. Dra. Adrianycy Angélica Silva de Souza, pela paciência, dedicação e incontestável inteligência e conhecimento que muito contribuíram na minha formação e na construção deste instrumento final de conclusão de curso.

Aos professores do Curso de Serviço Social que de alguma forma contribuíram tanto para desconstruir equívocos e ao mesmo tempo construir uma nova concepção de Serviço Social, pautado no compromisso com os valores ético-políticos emancipadores, à conquista da liberdade, equidade, justiça social, e na análise crítica da realidade social.

Aos colegas de sala de aula, em especial aqueles com os quais construí fraternos laços de amizade: Ingrid Anne, Mariane e Júlio.

Às minhas supervisoras de estágio: Professora Priscilla Maia, assistente social Andréia e Aline (coordenadora do CRAS Riacho Fundo II) que contribuíram com sua experiência e conhecimento no meu processo de formação profissional. E ainda a todos os funcionários dessa instituição pela calorosa acolhida.

Às assistentes sociais dos CRAS-DF que aceitaram gentilmente participar da pesquisa e não mediram esforços em dispensar um espaço do seu ocupado tempo para dar atenção e pelo elogio a este trabalho.

Ao NUTSS, valoroso espaço de estudo, discussão e conhecimento que me possibilitou aproximar de temas que suscitaram profundas reflexões a cerca do movimento da sociedade capitalista e das questões sociais inerentes a esta.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apreender os limites e fortalecimento da prática profissional dos assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social do Distrito Federal, frente ao Projeto ético-político da profissão. O trabalho buscou apreender como a ação profissional pode ou não impactar numa direção crítica da realidade social, tomando como base a dimensão do Projeto ético-político nos Centros de Referência pesquisados. Neste trabalho desenvolvemos uma pesquisa centrada na revisão bibliográfica disponível a cerca do tema, e na utilização de entrevistas semi-estruturada. Também realizaremos entrevistas com um total de 7 assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social, especificamente das Regiões Administrativas: Riacho Fundo II, Candangolandia, Recanto das Emas, Taguatinga Norte e Samambaia Expansão. Assim, neste trabalho identificamos que a ação profissional não consegue impactar diretamente numa direção crítica da realidade social, e que são determinadas por diferentes condicionantes tais quais: limitação institucional e da política de Assistência Social, e ainda a falta da apropriação das diferentes dimensões do Projeto Ético-político.

Palavras-chave: Projeto Ético-político, Assistência Social, Prática Profissional.

ABSTRACT

This work conclusion course aims to grasp the limits and strengthen the professional practice of social workers of Reference Centres for Social Assistance of the Federal District, opposite the ethical-political project of the profession. The study sought to learn how the professional action may or may not impact a critical direction of social reality, based on the size of the ethical-political project in Reference centers surveyed. In this work we developed a search centered on literature review available about the subject, and the use of semi-structured interviews. Also be conducting interviews with a total of seven social workers of Reference Centres for Social Assistance, specifically Administrative Regions: Stream Fund II, Candangolândia, Nook Emas, Wansbeck and North Fern Expansion. Thus, this work identified that professional action can not directly impact the direction of a critical social reality, and which are determined by different conditions such that: limited institutional and social assistance policy, and also the lack of ownership of the different dimensions of the Project ethical-political.

Keywords: Ethical-Political Project, Social Assistance, Professional Practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social.

CF – Constituição Federal.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social.

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

GAS – Grupo de Ação Social.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEC – Ministério da Educação.

MP – Medida Provisória.

NOB – Norma Operacional Básica da Assistência Social.

PEP – Projeto Ético-político do Serviço Social.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PNAS – Política Nacional da Assistência Social.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SISU – Sistema de Seleção Unificado.

SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01: Dados sobre ano de formação das assistentes sociais.....	58
Gráfico 02: Tipo de Instituição de formação das assistentes sociais.....	59
Gráfico 03: Instituição de formação das assistentes sociais.....	59
Gráfico 04: Ano de ingresso nas instituições pelas profissionais.....	67
Gráfico 05: Média salarial das profissionais.....	68
Quadro 01: Composição das equipes de referência dos CRAS.....	56
Quadro 02: Formação das assistentes sociais dos CRAS.....	60
Quadro 03: Valores Centrais do Projeto Ético-político.....	65
Quadro 04: Importância do valor central do Projeto Ético-político.....	66
Quadro 05: Limitações da prática profissional na instituição.....	71
Quadro 06: Teorias como referência da prática profissional.....	74
Quadro 07: Demandas mais recorrentes à prática profissional.....	77
Quadro 08: Ações profissionais desenvolvidas nos CRAS relevantes para os usuários.....	81
Quadro 09: Instrumentos Normativos Legais da profissão.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	14
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO – DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS	14
1.1. Projeto ético-político: processo de ruptura com o conservadorismo.....	15
1.2. A dimensão teórico-metodológica: caminhos para uma prática crítico social	24
CAPÍTULO II.....	32
A PRÁTICA PROFISSIONAL FRENTE À REALIDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA.	32
2.1. Realidade contemporânea e desafios ao projeto ético político	33
2.2. Dimensão ético-política e técnico operativa: parâmetros para a prática profissional.....	40
CAPÍTULO III	45
LIMITES E POSSIBILIDADES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO CRAS/DF NA ATUALIDADE E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	45
3.1. Política de Assistência Social e os desafios para a prática profissional	46
3.2. A prática profissional dos assistentes sociais no CRAS/DF.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
ANEXOS.....	88
Anexo 1: Ofício da Autorização de Entrevista.....	89
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	90
Anexo 3: Roteiro de Entrevista.....	91

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso busca apreender quais os limites e possibilidades de fortalecimento do Projeto Ético-político na prática profissional dos assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social do Distrito Federal.

O interesse pelo tema surgiu no período de Estágio Supervisionado em Serviço Social que foi realizado no CRAS Riacho Fundo II, nesta experiência surgiram questionamentos quanto à quais os limites e fortalecimento os profissionais vislumbram frente ao Projeto Ético-político, que traduz uma direção social-crítica da prática profissional na atualidade. Como discente, lanço o olhar na direção do compromisso e no fortalecimento do projeto profissional, entendendo este nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, que responde ao anseio profissional na construção uma postura crítica frente a realidade histórico-social na contemporaneidade.

A década de 90 é caracterizada pela consolidação da profissão em diferentes aspectos (Netto apud Santos 2007, p. 9). Nesse sentido, é recente o que se caracteriza como Projeto Ético-político do Serviço Social. Sua construção, que se inicia nas décadas de 70 e 80, representa grande avanço uma vez que recusa o conservadorismo, até então presente na profissão, construindo para uma visão crítica.

Entendemos que a construção histórica do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro que se alimenta na dinâmica social e expressa as tensões e debates em torno dos projetos societários – que são projetos de classe, encontra-se em constante disputa no sentido da apropriação mesma da consciência do sujeito profissional do Serviço Social.

Durante o período de estágio no CRAS percebemos a importância de buscar alternativas que estejam conectadas com o compromisso numa direção social-crítica que possam fazer frente à realidade, uma vez que na prática nos deparamos com as expressões da questão social que aparecem na vida cotidiana dos nossos usuários.

Nesse sentido entendemos a relevância desta pesquisa que busca apreender como as ações profissionais e sua inter-relação se expressam ou não numa articulação com a direção do Projeto ético-político.

Diante do exposto, buscamos identificar quais são os limites para articular o Projeto ético-político na prática profissional; refletir sobre os instrumentos normativos legais que o favorecem; relacioná-lo ao exercício profissional do Assistente Social; identificar projetos (ações) profissionais que fortalecem a direção do Projeto ético-político da profissão; apreender como os profissionais articulam ou não sua prática ao Projeto Ético-político.

Nesse sentido esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa com enfoque crítico-dialético, a pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. Também realizamos uma pesquisa de campo com total de 7 assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social, especificamente das Regiões Administrativas: Riacho Fundo II, Candagolandia, Recanto das Emas, Taguatinga Norte e Samambaia Expansão.

Segundo dados levantados por Pereira (2013), há um universo de 27 CRAS e 46 assistentes sociais no DF. A pesquisa foi desenvolvida especificamente nos Centros de Referência da Assistência Social das regiões administrativas do Riacho Fundo II, Candangolândia, Recanto das Emas, Samambaia Expansão e Taguatinga Norte, num universo total de 7 assistentes sociais das regiões administrativas específicas do DF, sendo a pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas buscando identificar as questões que perpassam a prática e o projeto profissional.

Inicialmente iríamos realizar a pesquisa com assistentes sociais dos CRAS Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas, Samambaia Sul, posteriormente em função de dificuldades com a pesquisa tivemos que delimitar para os CRAS Riacho Fundo II, Candangolandia, Recanto das Emas, Taguatinga Norte e Samambaia Expansão. Dentre as dificuldades vivenciadas para a realização desta pesquisa tivemos as mais diferentes impossibilidades dos profissionais como: licença maternidade, doenças, férias, impossibilidade ou incompatibilidade de tempo, resistência em participar de entrevistas gravadas e ainda a falta de lotação de assistente social em alguns CRAS/DF.

O momento da realização da pesquisa também passou pelo percalço de primeiramente a greve dos servidores da Assistência Social e posteriormente a reposição de atividades acumuladas por conta da greve, tornando-se necessário adequar o tempo da pesquisa ao tempo disponível dos assistentes sociais. Porém, os profissionais das instituições acolheram nosso objeto de pesquisa, nos dispensaram atenção e disponibilidade em contribuir com nosso

estudo, e com isso conseguimos desenvolver, apesar de pouco tempo, ricas trocas de conhecimento e experiências desses profissionais que atuam nesses espaços institucionais.

A autorização das entrevistas foram previamente solicitadas à Secretária de Desenvolvimento Social do DF – SEDEST/DF, e previamente agendada com as profissionais de cada instituição das regiões administrativas pesquisadas. Considerando as questões éticas foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os profissionais possam ter o conhecimento do objetivo do estudo e o sigilo da sua identidade. Assumimos o compromisso ético na devolução do resultado do presente estudo, respeitando dessa forma a co-participação dos sujeitos da pesquisa.

Diante do exposto o presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo que destaca o “Projeto Ético-político determinações histórica”, trata acerca do processo de ruptura com o conservadorismo no serviço social e a dimensão teórico-metodológica: caminhos para uma prática profissional.

O segundo capítulo “A prática profissional frente a realidade social”, aborda a realidade contemporânea, os desafios do Projeto ético-político e ainda a dimensão ético-político e técnico-operativa como parâmetros para a prática profissional.

O terceiro capítulo “Os limites e fortalecimento dos assistentes sociais no CRAS/DF na atualidade e o Projeto Ético-político”, faz uma abordagem acerca da Política de Assistência Social e os desafios para a prática profissional, e ainda sobre a prática profissional dos assistentes sociais no CRAS/DF.

CAPÍTULO I

Projeto ético-político – determinações históricas

1.1. Projeto ético-político: processo de ruptura com o conservadorismo

A história do Serviço Social brasileiro tem sua gênese atrelada ao conservadorismo católico, e nesse sentido com uma visão moralizante e prática de ajuda aos pobres. No decorrer da segunda metade do século XX, precisamente a partir da década de 60, o movimento no interior da profissão passa a pensar uma prática diferenciada da prática conservadora, doutrinária e assistencialista na qual se limitava a ver o “problema” do “cliente” individualizado, e, portanto fragmentado – pautando-se na culpabilização do indivíduo. Pela influência religiosa ainda entendia de forma moralizante as sequelas inerentes ao modo de vida das classes pobres.

No contexto na década de 30, conhecido como o fim da República Velha, o Brasil é Governado por Getúlio Vargas, que ficou conhecido como “pai dos pobres” por criar em seu governo algumas das leis trabalhistas e sociais brasileiras. Porém, a intenção desse governo não era atender as reivindicações dos trabalhadores como garantia efetiva as reivindicações dos trabalhadores, mas sim de frear a pressão dos operários urbanos que nesse período se organizavam em movimento de resistência e luta na defesa de seus direitos frente ao Estado.

A exploração abusiva a que submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública” (Iamamoto, 2007, p.126).

Diante dos conflitos expressos na sociedade, do próprio conflito entre Estado e Igreja, a qual até então assumia parte dos “problemas sociais” que se expressavam na sociedade, é possível compreender o surgimento do Serviço social intimamente com bases em fundamentos morais da Igreja. Acerca dessa forte influência histórica da igreja na sociedade e no surgimento da assistência e do Serviço Social, Marilda explica que:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato para uma presença mais ativa da igreja católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a igreja procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade. Contrapõe-se ao princípio do liberalismo e do comunismo, que aparecem como um perigo ameaçador à sua posição na sociedade (2008, p. 18).

No início do século XX destaca-se também a crise econômica e política resultante da chamada política do café com leite, na qual empresários e governos disputavam mercado e formas de manutenção do modelo de produção e exportação ou do café em São Paulo, ou do leite em Minas Gerais, movimento esse que influenciou no golpe de estado, onde assume a presidência do Brasil em 1930 – Getúlio Vargas.

O contexto que se forjará até o movimento de reconceituação se constituiu de um percurso de diversos fragmentos e acontecimentos históricos, econômicos e políticos na América Latina e que consideramos importantes destacar sua influenciarem diretamente sobre os operários brasileiros que já não agüentavam as condições de trabalho a que eram submetidos, no qual a classe proletária brasileira reivindica por direitos sociais como: jornada de trabalho menor, garantias trabalhistas e previdenciárias, nesse sentido também forja a Renovação do Serviço Social no Brasil.

Consideramos que uma das fortes influências no avanço do Serviço Social no Brasil, se dá também pela sua inserção do campo acadêmico, e portanto numa formação especializada e nesse sentido ganha o respaldo necessário para continuar pensando e construindo a profissão.

Para Netto, o processo de sua inserção nas universidades aparece também como um forte traço que fortalece esse caminhar histórico.

A importância da efetiva inserção dos cursos de serviço social no circuito acadêmico – mais exatamente: a inscrição da formação (graduação e pós-graduação) do assistente social no âmbito universitário – foi por nós avaliada como um dos principais vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil (2011, p. 248).

No processo de renovação os seguimentos oriundos das militâncias se inserem no campo acadêmico e passam a influenciar seguimentos das novas gerações, que insatisfeitos com o modelo de Serviço Social importado de outros países, começam a questionar a neutralidade no exercício profissional, se aproximando da teoria marxista..

O seminário de teorização ocorrido em Araxá em 1967, em pleno período do golpe militar e de incentivo ao desenvolvimentismo no país, se constitui como o primeiro intuito de romper com o tradicionalismo presente na profissão, embora ainda de concepção positivista, funcionalista e estruturalista. Na sequência, o documento de Teresópolis de 1970, referido por

Netto como “cristalização da perspectiva modernizadora”, traz uma teoria da prática do serviço social a partir de uma perspectiva sociológica de Émile Durkheim, fundado nos fatos sociais ou fenômenos. Possuindo um referencial teórico com bases na antropologia e psicologia, o documento trazia como objetivos a transformação do ser humano e a superação da condição de país subdesenvolvido, nesse período a pobreza e pauperização é vista como situações sociais problemas, ainda não esclarecidos pela teoria.

O método BH, realizado em 1972 e 1975 por jovens profissionais na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, se traduz pela perspectiva renovadora de intenção de ruptura, se constituiu uma primeira intenção de proposta profissional alternativa ao tradicionalismo, se preocupa com os critérios teóricos, metodológicos e interventivos, expressando ainda os interesses históricos das camadas exploradas e subalternas.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ficou conhecido como Congresso da Virada realizado em São Paulo em 1979 é também considerado um marco nesse processo de romper com o conservadorismo no Serviço Social Brasileiro. Esse processo já vinha se construindo anteriormente numa conjuntura social e econômica de crise e mobilização no país que enfrentava a ditadura militar – resultado do golpe de 1º de abril de 1964. Na busca de superar o desgaste, aliam-se ao governo Geisel (1974) as multinacionais, a burguesia, a igreja católica, buscavam a legitimação social, mobilizando movimentos de rua com o objetivo aparente de combater o comunismo.

Nenhum assistente social ousaria questionar que o evento (ulterior e expressamente designado como “Congresso da Virada”) possui, entre outros significados um traço absolutamente destacado: o de ser marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de serviço social e na reativação de entidades sindicais em todo o país (Netto, 2009, p. 15).

A dimensão de classe que atravessa a profissão é importante ser compreendida, pois se constitui na forma como as relações sociais se configuram na sociedade capitalista e que trás para o centro das atenções questões estruturais para compreender o desenvolvimento da relação capital-trabalho. Procuramos apreender de Braz que:

Todo projeto e logo, toda prática, numa sociedade classista, tem uma dimensão política (...). Ou seja, se desenvolvem em meio as contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas a burguesia e proletariado. Logo o projeto profissional (e a

prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político profissional (2009, p. 188).

Entendemos que numa sociedade dividida em classes percebemos as expressões da “Questão Social”, basta observarmos uma minoria de pessoas que concentra uma grande quantidade de bens materiais em seu poder, e por outro lado a maioria das pessoas tem apenas o mínimo, e às vezes menos que o mínimo para sobreviver e, portanto nessa situação surgem essas expressões como desemprego, analfabetismo, criminalidade, prostituição, subnutrição, mortalidade infantil, menores e idosos abandonados, falta de moradia, buscamos nesse sentido compreender como Yazbek que:

O conceito de reprodução das relações sociais na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidos e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nesta perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através da qual o homem se posiciona na vida social (2009, p. 127).

Nestes termos, a compreensão de relações sociais que está na base do projeto profissional remete a adoção da totalidade na análise crítica da realidade, esta compreensão das relações sociais remete a adoção de uma concepção teórico-crítico para pensar a realidade e a própria prática, ampliando para a dimensão da totalidade na análise crítica da realidade e da “questão social” que se expressa no cotidiano concreto da reprodução e das relações sociais. Nesta processualidade, o caminho percorrido pelo Serviço Social passa a se expressar pelo compromisso com a liberdade, a justiça, e os direitos dos sujeitos sociais.

Nesse sentido a questão social aparece como categoria importante no processo de formação profissional, uma vez é impossível fazer uma análise crítica da realidade sem compreender como e por que surgem as expressões da questão social. Portanto entendemos tal como Yazbek (2009):

A questão social é a expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política (2009, p. 127).

É com os primeiros contatos com o pensamento marxista no movimento de reconceitualização que surge o debate em busca de uma orientação teórico-prática que vai substantiar a intervenção do assistente social, numa visão que podemos dizer transformadora ou crítica, para isso se apropria da categoria totalidade que possibilita perceber a singularidade dos fatos que se apresentam, buscar apreendê-los na universalidade das leis e

tendências históricas e voltar a particularidade onde se encontra o campo das mediações e da síntese de determinações; saindo nesse sentido da imediatividade, para apreensão do movimento dialético que se expressa na sociedade de classes, resultando nas expressões da questão social.

Dessa forma, para Behring e Boschetti (2011, p.52) “ela se constitui em uma inflexão da produção e reprodução das relações sociais inscritas num momento histórico, movimento esse inseparável da realidade concreta – das condições de vida, de cultura e de produção da riqueza”. Nesse sentido, tratar da questão social no Brasil nos remete pensar nas expressões dessa questão que se apresenta ampla e complexa, que é expressa na pobreza e exclusão social das classes subalternas, e que se constituem com os sujeitos sociais do dia a dia da prática profissional.

Nesse contexto é de suma importância fazer uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público que hoje se apresenta como fruto de uma crise global em que se defrontam as políticas públicas, particularmente as políticas sociais e que são impactadas por políticas neoliberais na sociedade contemporânea. Nesse contexto há um caminhar histórico onde o Serviço Social, no decorrer desse processo, vem se colocando na luta e no compromisso de ir de encontro a esses valores da sociedade capitalista que geram as desigualdades sociais.

A questão social inerente ao sistema capitalista mostra o perfil desumano e cruel da produção e reprodução da relação social baseada na condição de exploração da riqueza socialmente produzida, o que pode ser apreendido pela profissão a partir de uma perspectiva de totalidade, que permite compreender esse movimento como resultado da contradição entre capital/trabalho.

Para uma compreensão mais abrangente, aclaramos que a questão social foi se tornando mais visível no final da segunda metade do século XIX e se desenvolvendo pelo mundo no século XX, alavancada por grandes questões mundiais das quais podemos citar a grande depressão na Europa, levando ao aumento da migração aos Estados Unidos, as questões políticas, sociais e econômicas que antecederam a I Guerra Mundial e a revolução de 1917 na Rússia. Por outro lado surge o movimento operário, o amadurecimento desse movimento efetivamente contribuiu para pressionar o capital e a própria configuração das chamadas políticas sociais desestabiliza a classe dominante. Diante desse processo podemos citar Martinelli:

Mesmo sem poder fazer previsões seguras sobre a marcha dos acontecimentos no século XX, pelo menos duas situações eram claras: 1ª) a “questão social” estava posta no centro do palco histórico, em toda sua plenitude; 2ª) no confronto entre suas grandes personagens, o domínio de cena já não era mais do capital. Foi na esteira do drama, atingindo quase o limiar da tragédia, que o século XX viveu a sua história. Despojando o capitalismo de suas máscaras e desfazendo as ilusões por elas criadas, mostrou-se a dura realidade que se apresentava para aqueles que alimentavam sonhos de progresso econômico e de estabilidade financeira. A sociedade capitalista estava a beira de um colapso, com uma economia deteriorada e com um quadro social bastante preocupante em que os índices de desemprego cresciam e o pauperismo (2007, p. 94).

No Brasil compreender a questão social significa apreender o processo de profundas desigualdades e exploração na sociedade como resultantes das relações sociais no país, portanto se faz necessário a compreensão da totalidade da realidade brasileira em determinado momento histórico. Nesse processo para Behring e Santos (2009):

Lidar com as sequelas decorrentes do processo de constituição da questão social a partir da lei geral da acumulação: conhecer as muitas faces da questão social no Brasil, das quais a mais perversa é a desigualdade econômica, política, Social e Cultural a que estão submetidas milhões de pessoas, o que requisita um grande esforço de pesquisa sobre o Brasil. É necessário e imprescindível conhecer profundamente nossa matéria: a questão social brasileira (2009, p.275).

Ressaltamos que nas primeiras décadas do século XX o Brasil é marcado por um processo de surgimento e formação das cidades, onde as configurações sociais começam a traçar um perfil frente a esse novo modelo, e nesse contexto de surgimento das cidades, aparece uma classe de trabalhadores urbanos que para sobreviver nas cidades, vendem sua força de trabalho em troca de um salário, e nesse sentido a força de trabalho do trabalhador se torna mercadoria, ou seja, a força de trabalho adquire novo valor.

Nesse sentido Iamamoto deixa claro que:

A manutenção da e a reprodução, por meio do salário, está a cargo do próprio operário e de sua família. Este tem diante de si, como proprietário, não um senhor em particular, mas uma classe de capitalistas, a qual vende sua força de trabalho. Sua sobrevivência se vincula ao mercado de trabalho dominado pelo capital, e apesar do caráter individual dessa vinculação, é aqui que aparece ainda mais claramente seu conteúdo social (2009, p. 125).

Com o desenvolvimento do capitalismo a força de trabalho se transforma em mera mercadoria para atender as necessidades de produção e reprodução do sistema capitalista, o resultado dessa nova configuração começa a aparecer no contexto social brasileiro, se expressando no surgimento de trabalhadores urbanos e por conseguinte a exploração a que são

submetidos os trabalhadores. É diante desse panorama que surge a necessidade do controle social. Nesse sentido Iamamoto afirma que:

As Leis Sociais, que representam a parte mais importante dessa regulamentação, se coloca na ordem do dia a partir do momento que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meios dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma cidadania social (2007, p.126).

É nesse caminhar histórico da reprodução das relações sociais no Brasil ao longo de décadas, e que nesse dado momento já se apresenta visível aos olhos da sociedade as condições precárias de sobrevivência do proletariado, que expropriado de seu único bem a ser vendido – que se constitui na sua força de trabalho explorada pelo capital – que se delineia uma nova perspectiva de assistência aos pobres.

No bojo dessas relações sociais que se acentuam, no desenvolvimento do capitalismo e da luta do proletariado por melhores condições de trabalho e de sobrevivência, e ainda na intervenção do estado, surge o Serviço Social brasileiro; que nesse primeiro momento é marcado por concepções moralistas e de cunho até mesmo religioso pela influência da igreja. Iamamoto explica que:

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestam principalmente por intermédio da igreja católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fonte de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (2007, p.127).

O processo de institucionalização do Serviço Social, que data dos anos 30, traz no seu bojo um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos vivenciados nesse período pelas classes sociais.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do recrutamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30. Quando a intensidade e a extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política (Yasbek, 2009, p.129).

A “reação católica” frente a laicização do estado que se expressa na sociedade nesse período, aliada a perda de sua influência na sociedade vigente, irá na direção de um objetivo ético de comunitarismo cristão e de legitimização jurídica de suas áreas de influência dentro

do estado, em relação a questão social irá se posicionar através de documentos da igreja que tratarão do aperfeiçoamento da ordem social sobre a luz do evangelho. Nesse sentido Marilda (2008) sinaliza:

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a “questão social” atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a igreja a se posicionarem diante dela. A igreja a encara segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais (especialmente a *Rerum Novarum e Quadragesimo Anno*), fonte inspiradora das posições e programas assumidos diante dos “problemas sociais”. Para a igreja “questão social”, antes de ser econômica e política, é uma questão moral e religiosa (2008, p. 18, grifos do autor).

Diante da influência da igreja católica de base conservadora e moralista e por outro lado aliada ao poder do estado, é possível compreender como é caracterizada a gênese do Serviço Social nas primeiras décadas do século XX: uma concepção focada na caridade e na individualização do “problema social”, que se expressa nas condições de existência e de trabalho do proletariado. A análise da gênese do Serviço Social na qual Marilda (2007) contribui e declara:

A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto nas características que mais evidentemente o marcam. Historicamente se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritas da classe dominante. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição (2007, p. 127).

As reflexões feitas até aqui trazem para o centro do debate questões que constituem a gênese do Serviço Social e o contexto social no qual se insere o surgimento da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho.

Diante do movimento e tensões que atravessam a sociedade nesse período, a precária infraestrutura hospitalar e assistencial de influência religiosa e européia trazem o surgimento de instituições assistenciais como: a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro, e em São Paulo a Liga das Senhoras Católicas, tais instituições estão ligadas a grande burguesia carioca e paulista, nesse sentido tal influência se constitui como facilitador para receber recursos do estado nas obras assistenciais e também eficiência técnica.

O surgimento dessas instituições se dá dentro da primeira fase do movimento de “reação católica”, da divulgação do pensamento social da igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinas do apostolado laico. Tem em

vista não socorro aos indigentes, mas já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres (Iamamoto, 2007, p. 166).

Rio de Janeiro e São Paulo se constituem como os primeiros pólos industriais do país, pela disponibilidade de melhores portos e transportes. Esses centros possuíam grande número de proletariado, surgindo nessas capitais serviços assistenciais com forte influência do estado: juízo de menores, órgãos públicos de assistência médica sanitária e social. Marilda (2007) de forma cronológica elenca a formalização do Serviço Social no início do século XX:

Surgem cronologicamente em 1937 o instituto de educação Familiar e Social – composto das Escolas de Serviço Social (Instituto Social) e Educação Familiar – por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS). Em 1938 a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores e, em 1940 é introduzido o curso de preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social (2007, p. 181).

As reflexões ainda devem acrescentar que o caminho a ser percorrido pelo Serviço Social até a intenção de ruptura com o conservadorismo é longo e permeado por diferentes determinantes sociais que irão influenciar nas diferentes concepções teórico-metodológicas da profissão até se aproximar da teoria e método crítico-dialético de influência marxiana, a influência política que permeou toda a trajetória da gênese e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, abstraímos de Netto (2009) que:

É necessário antes de prosseguir, desfazer quaisquer equívocos a cerca de um fato elementar: em toda sua história (também) no Brasil, o Serviço Social possuiu uma dimensão inequivocamente política, desde a sua gênese e os seus primeiros momentos de consolidação – como o demonstrou a clássica e até hoje indesejada análise de Carvalho (2009, p. 27).

É nesse movimento histórico que o Serviço Social construirá suas bases que se alicerçam na recusa e crítica ao conservadorismo, presente desde a gênese da profissão atrelada ao pensamento moral da igreja católica, se voltando na direção de um projeto crítico de orientação ética e política, porém ainda conservando por um longo período as bases reformistas-conservadoras, durante seus primeiros ensaios de Reconceituação do Serviço Social. (Marilda 2008, p. 21)

1.2. A dimensão teórico-metodológica: caminhos para uma prática crítico social

No caminho percorrido pelo Serviço Social brasileiro, entendemos que nas décadas de 80 e 90, a sua maior aproximação com a perspectiva crítica-dialética possibilitou a interpretação da realidade por meio da teoria marxiana, que permitem apreender as expressões da questão social numa perspectiva mais ampla, pois propicia compreender a totalidade que permeia as relações sociais.

A concepção teórico-metodológica que atualmente é hegemônica no Serviço Social brasileiro abre o caminho para a compreensão da realidade, considerando fatores econômicos e políticos, que se constituem parte das forças presentes dentro do sistema capitalista e consequentemente no movimento das classes que o constituem, percebendo que esses interferem diretamente no movimento e na relação de exploração entre as classes sociais.

Estes Fatores econômicos e políticos e sócio-culturais são de crucial importância para compreender a realidade social em que estão inseridos os cidadãos e usuários que buscam pelos serviços oferecidos pelas instituições, pois é buscando compreender a realidade numa dimensão crítico-dialética das expressões da questão social que se pode intervir nessa realidade concreta.

Percebendo essas contradições presentes na sociedade capitalista, podemos apreender de Yazbek (2009) no campo da categoria mediação que:

São múltiplas as mediações que constituem o tecido das relações sociais que envolvem esse processo de produção e reprodução social da vida em suas expressões materiais e espirituais. Essas relações que constituem a sociabilidade humana, implicam âmbito diferenciados e uma trama que envolve o social, o político, o econômico, o religioso, as questões de gênero, a idade, a etnia etc. Dimensões com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação as quais se posiciona quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerados nesta abordagem como dimensão de uma mesma totalidade (2009, p. 144).

O campo da categoria mediação no Serviço Social permite apreender a totalidade que se apresenta nas expressões da questão social, que se constitui objeto de intervenção profissional, e que aliada a dialética de Marx, permite o movimento que Lukács (1979, p.90) define como “buscar-se compreendê-la como sendo uma categoria objetiva ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito”.

Consideramos como central e importante para a profissão apreender a mediação como categoria processual, bem apreendida no pensamento marxiano, como objeto que possibilita compreender a realidade sócio-histórica presente nas relações sociais inerente ao sistema capitalista, da qual o movimento na interpretação da realidade concreta e abstrata nos permite

romper com uma percepção apenas do imediato, e ampliar para uma visão da totalidade dos determinantes sociais.

Buscamos compreender o percurso e as análises que se expressam em diferentes tempos históricos no Serviço Social em relação a concepções teórico-metodológicas, e que dão início com conteúdos da doutrina da igreja católica e sua institucionalização, e ainda por influência do conhecimento social da sociedade burguesa.

Tecer algumas considerações sobre este processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do serviço social em sua trajetória e que persistem até os nossos dias atuais com novas articulações, expressões e redefinições (Yazbek, 2009, p.145).

É nesse sentido que a influência da igreja católica na Gênese do Serviço Social imprime nesse primeiro momento uma concepção da questão social como problema moral e religioso, nesse sentido entende o “problema” (grifo nosso) como de responsabilidade do próprio indivíduo ou da família, e passa a direcionar a prática no sentido de integrar os clientes a sociedade e, portanto às relações vigentes. Yazbek (2009, p. 145) defende que: “os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (Sec. XII): o tomismo e o neo-tomismo”.

Esta concepção de questão social individualiza as expressões que se apresentam na sociedade e as trata com elementos paliativos para atender determinados interesses da classe burguesa no movimento que se expressa em consequência do sistema capitalista de exploração. Para tanto nesse período a prática assistencialista da igreja tinha como base a doação de cestas de alimentos para famílias pobres, assim como uma visão que buscava orientar as famílias sobre a higiene e o cuidado com a saúde.

As influências até aqui citadas que atuam em determinado tempo histórico, fortalecidas sobre um posicionamento de cunho humanista conservador, além de possuir uma visão moralista pautada nos valores da igreja católica, tem nas encíclicas Papais uma direção a ser dada nessas práticas, e tendo como o pano de fundo tentar recuperar o espaço e a influência da igreja que vinha se perdendo assim como a própria manutenção do capitalismo.

No que se refere a Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social na igreja no contexto de busca da restauração de seu papel social na sociedade moderna e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da *Rerum Novarum* vai tratar da questão

social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (Yasbek, 2009, p. 146, grifos do autor).

A partir dos anos 40, ainda sobre a influência do conservadorismo católico sobre o Serviço Social brasileiro, que se começa a ter uma dimensão técnica nesse período de influência norte-americana, de caráter conservador da teoria social positivista. É no contexto do desenvolvimento do capitalismo de exigência de uma qualificação e sistematização do espaço sócio ocupacional, onde o Estado começa a implementar políticas no campo social, que o serviço social toma uma nova organização da profissão.

Pós influência do pensamento Tomista e Neotomista no interior da profissão; o reconhecimento e a legitimação e a inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social irá buscar as bases em outro referencial. Sua âncora nesse momento se dará numa matriz positivista, que embora não hegemônico no interior da profissão, dará tons a prática profissional, e a tônica do conservadorismo profissional. Para Yasbek (2009)

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e sua imediatez. O método positivista trabalha as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (Yasbek, 2009, p. 147).

Consideramos a partir da visão de alguns teóricos da profissão que – a elaboração profissional para pensar a profissão, que se inicia na segunda metade dos anos 60 até na abertura dos anos 80 contribuíram para o início da teorização da profissão. Nesse sentido podemos citar o pensamento de base fenomenológica, de concepção dialógica e de uma visão de cliente, de pessoa e comunidade. Nesse sentido Ana Augusta aparece como uma das defensoras dessa teoria no Serviço Social.

Num exercício necessário à profissão nesse período de novas demandas, alguns profissionais se lançam em pensar maneiras de romper com o Serviço Social conservador, ou poderíamos dizer em uma “reatualização do conservadorismo”, e que, portanto aceitam o desafio de pensar e propor alternativas para a prática profissional, essas propostas que a priori podem aparecer de maneira enviesada no exercício profissional, sem propor mudanças reais às práticas conservadoras, mas sim mascarar a manutenção do conservadorismo inerente desde o surgimento da profissão. Que Netto (2011, p. 203) qualifica como: “A exigência e a

valorização enérgica da elaboração teórica [...] um esforço sistemático no sentido de produzir (e/ ou organizar) conhecimentos para fundar as práticas profissionais”.

O percurso da formação teórica do Serviço Social e de sua consequente aproximação com a fenomenologia, nos leva a entender que nessa elaboração profissional o Serviço Social se apresenta com uma proposta de método genérico, numa perspectiva de ajuda psicossocial e, portanto, psicologizante, numa visão de pessoa-cliente ou pessoa-usuário é nesse processo que acontece uma experiência de base existencial do “problema” (grifo nosso), sem questionar ou propor mudanças efetivas.

Na perspectiva fenomenológica o homem é visto como ser individual e único capaz de reconstruir-se, a forma de perceber a realidade está à parte do cliente ou do usuário, ou seja, fora do contexto das relações sociais que se expressam na sociedade, e nesse sentido se tem uma visão apenas da imediatez inerente ao próprio homem.

A vertente inspirada na fenomenologia que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936), dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências [...]. Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo, e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p. 201 e ss) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão (Yasbek, 2009, p. 149).

Netto, faz questionamentos em relação a proposta de uma concepção de fenomenologia no Serviço Social, uma vez que considera que os próprios autores do Serviço Social que reclamam a inspiração fenomenológica não estão clarificados sobre a concepção a que estão vinculados, uma vez que esses representantes dessa perspectiva de reatualização do conservadorismo, carecem da relação com os autores originais dessa corrente como: Husserl, Heidegger, Hartmann ou Schutz.

No apelo a inspiração fenomenológica desta perspectiva renovadora brasileira é assombrosa a absoluta falta de mínimas referências às problematizações de que as posturas, propostas, categorias e procedimentos fenomenológicos foram e são objeto. O método fenomenológico aparece como algo sem contestação, como matriz teórico-metodológica situada para além de críticas e reservas. No discurso dos conservadores brasileiros que a reivindicam, a fenomenologia sequer se entremostra alvo de polêmicas acerbadas. (...) um ponderável empobrecimento teórico e crítico de categorias engendradas na vertente aberta por Husserl – trata-se efetivamente de um *processo de simplificação* que não pode passar inadvertido. O que nas fontes originais é complexo, multivoco, às vezes ambíguo, evanescente, obscuro, matizado, aparece nos textos de Serviço Social com uma clareza suspeita (Netto, 2011, p. 213-214, grifos do autor).

A herança dessa corrente ainda pode estar presente na prática de profissionais que distante do movimento crítico-dialético não avançam em apreender do contexto histórico as mediações necessárias para compreender a realidade em que estão inseridos os sujeitos sociais. O movimento na atualidade busca romper com esta perspectiva que não atendem a realidade posta, e que exigem novas competências frente as novas demandas postas para a profissão.

O 1º Seminário de teorização do Serviço Social ocorreu em Araxá (MG), promovido pelo CBCISS no período de 19 a 26 de março de 1967, em pleno período do golpe militar de 1964, além da influência da concepção desenvolvimentista. É no documento de Araxá, resultado desse Seminário que aparece uma primeira tentativa de rompimento com o Serviço Social tradicional e que se seguira por outros documentos como de Teresópolis.

Os documentos acima citados assim como o Método BH que também compõe chamado movimento de reconceituação do Serviço Social, é a partir desses Seminários que acontece um esforço de teorizar o Serviço Social, esse momento foi de suma importância para a fase de evolução que vivia o país. Essa produção inicial brasileira é particularmente divulgada pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social), fundado em 1946, que tinha como missão: incentivar e promover a articulação, a cooperação, o desenvolvimento e o aprimoramento entre instituições e entre os profissionais que atuam no campo social no Brasil, nas áreas governamentais e não governamental, em busca de estratégias que visem assegurar a elevação dos níveis de bem-estar social no país.

Todos os investimentos e contribuições assumidos em determinados períodos pelo Serviço Social brasileiro desde a renovação profissional até hoje, tiveram e têm o intuito de pensar a profissão, buscando compreender as novas demandas que surgem cotidianamente no interior de uma profissão aparentemente nova e tão inserida na contradição social.

Em poucas palavras: o que a renovação profissional fez, através da elaboração dos formuladores cujo esforço examinados em nossa crítica (os quais, repita-se, são apenas um limitado extrato do conjunto de profissionais que se empenhou em repensar diferencialmente o seu exercício técnico e social), foi construir um acúmulo no interior do qual é possível reconhecer – insista-se: pela primeira vez na história do Serviço Social nestas plagas – as tendências fundamentais que mobilizam as classes e os grupos sociais brasileiros no enfrentamento dos problemas da economia, da cultura e da história (Netto, 2011, p. 308).

A vertente marxista embora no primeiro momento com alguns equívocos, se mostra como oposição aos referenciais e abordagens até então re-atualizadores do conservadorismo, traz para o Serviço Social uma nova maneira de pensar a prática profissional, inserida no contexto da realidade e do movimento sócio-histórico da sociedade. Embora no primeiro momento essa aproximação com o marxismo se dê de forma precária, uma vez que se faz pela leitura do “marxismo” althusseriano (filósofo francês), que influencia particularmente o Método de BH, com um marxismo equivocado que desconsidera a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão.

No entanto é com este referencial, precário em um primeiro momento do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seu objetivo de adaptação social ao mesmo tempo que se aproxima dos movimentos sociais (Yasbek, 2009, p.150).

Essas contribuições que surgem da inquietação dos profissionais, particularmente no âmbito dos cursos de pós-graduação e que se consolidou no congresso do qual já tratamos anteriormente, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, onde se apresenta uma vanguarda de efervescência democrática, e com uma posição política da categoria, que consegue romper com o conservadorismo da profissão e avança rumo a um pluralismo político, se constituindo como uma nova dimensão no âmbito da profissão, e uma nova dinâmica nas entidades como: ABESS, mais tarde a ABEPSS, assim como o CFESS, que traduz uma direção política crítica, além da aproximação com a teoria social de Marx.

É, sobretudo com Yamamoto, no início dos anos 80, que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir das mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez [...] Ou seja, as relações sociais são sempre mediadas por situações, instituições etc, que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto, de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista (Yasbek, 2009, p.150-151).

Nesse sentido é no seu processo interno como corpo profissional heterogêneo que diversos elementos históricos e políticos contribuíram para que o referencial marxista pudesse se constituir como base estratégica de fundamentação para a direção hegemônica na profissão. Com este referencial a profissão consegue então se perceber inserida na dinâmica das relações

sociais, bem como participante no processo de reprodução dessas relações, nessa dinâmica amplia-se uma posição ideopolítica de organização profissional, e nesse sentido se avança os referenciais da profissão particularmente entre os anos 80 e 90.

A influência do marxismo na profissão ainda amplia a apreensão da realidade social, uma vez que considera as características históricas que permeiam a dinâmica das relações sociais presentes nos diferentes tempos históricos de evolução da sociedade permitindo, a partir de uma análise crítica dialética, sair das vertentes de abordagens funcionalista, estruturalista, positivista ou da fenomenologia, que permearam durante certo período no serviço social, para a apreensão da totalidade presente nas relações sociais.

Nesse período o avanço na produção de conhecimento no serviço social brasileiro tem uma profunda fecundidade e esforço na produção teórica, que fortaleceram as bases de fundamentação crítico-dialética ancoradas no materialismo histórico pensado por Marx.

No avanço da produção do conhecimento, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básica. Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de sua abordagem acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, a Georg Lukács e a sua ontologia do ser social fundada no trabalho, a E.P. Thompson e à sua concepção acerca das “experiências humanas”, a Eric Hobsbawm um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos (Yasbek, 2009, p. 151).

No processo de construção hegemônica de novos referenciais teórico-metodológicos e de intervenção dentro de uma tradição marxista, é importante considerar que os eventos como fóruns, tanto de natureza acadêmica como organizativa, se constituem de um debate plural das diferentes tendências em confronto, mas com uma direção hegemônica de centralidade assumida pela tradição marxista.

Na tentativa de compreender a profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, a produção do conhecimento no interior do Serviço Social, de natureza investigativa, passa a buscar através da tendência teórico-crítica do pensamento social a apreensão da realidade, que nesse sentido só pode ser desvelada dentro de uma análise sócio-histórica e crítico-dialética presentes nas concepções marxianas. É nesse sentido que todas as leituras sobre esse período apontam para a aproximação do serviço social a essa tendência a partir de Marilda Iamamoto.

Quando Iamamoto enfrenta – no terceiro capítulo do seu ensaio – “o Serviço Social no processo de produção das relações sociais”, o que pretende é “captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um elemento que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”[...]. A inserção do Serviço Social como operação teórico-crítica na reprodução das relações sociais, contemplada a profissão como “realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes” e como “atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social a prática profissional” (Netto, 2011, p. 294-295).

O marco teórico-metodológico presente na reflexão apresentada por Iamamoto é o reflexo da efervescência do Serviço Social, marcado por lutas ideo-políticas no interior da profissão e que se apresentam de forma hegemônica no Congresso da Virada, presente na segunda metade da década de 70 e que se estenderá pelos anos 80 em diante; período também de organização e mobilização dos trabalhadores e das lutas populares no Brasil, que contrárias as condições de precarização das políticas sociais implementadas pelo regime imperialista dos países dominantes, passam a reivindicar direitos sociais. Todo esse movimento da sociedade e a busca pela interpretação do serviço social se constituirão na aproximação marxiana.

Seguramente ao seguir os passos principais da reflexão de Iamamoto, nem de longe sugerimos a sua riqueza e fecundidade. Mas este era o nosso objetivo: o que visávamos era apontar a característica central de sua elaboração – consistente na interpretação do Serviço Social a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, à luz de uma inspiração teórico-metodológica haurida diretamente e legitimamente na fonte marxista. É nítida a originalidade de Iamamoto: reside na modalidade de compreensão do Serviço Social erguida sobre a análise do processo de produção (e reprodução) das relações sociais na ordem burguesa: mas esta originalidade só é concebível a partir do seu posicionamento teórico-metodológico – precisamente a angulação extraída com fidelidade de Marx (Netto, 2011, p. 300).

É na apropriação marxiana que o serviço social alavanca na direção da construção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e na construção de uma sociedade anticapitalista, com compromisso ético pela liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

CAPÍTULO II

A prática profissional frente à realidade social contemporânea.

2.1. Realidade contemporânea e desafios ao projeto ético político

A partir dos anos 80 e 90 o espaço profissional se amplia, e continua ser as empresas um espaço da prática profissional, assim como as instituições estatais. É um período marcado por profundas transformações políticas, com a fundação de partidos, sindicatos, comissão de fábricas, dentre outras. Nesse momento o combate e a luta dos trabalhadores em relação às condições impostas pelo capital dão sinais de resistência.

Nesse período, marcado por uma nova forma de acumulação capitalista que se expressa em um mercado cada vez mais competitivo e a internacionalização do capital na reorganização da produção e dos processos de trabalho; com total amparo estatal, surgem novas tecnologias que exigem profissionais mais qualificados. Período também de privatizações, terceirizações, precarização, flexibilização do trabalho, e como consequência desemprego e perdas trabalhistas.

Nessa relação das classes sociais no sistema capitalista contemporâneo, há uma tensão histórica. A burguesia busca de todas as formas se manter no poder, nesse sentido: investe no mercado mundial, na livre concorrência, no consumo desenfreado, em novas formas de relação capital x trabalho, enfim, se apropria da supremacia da economia e da política. No sentido contrário o proletariado luta: pelo aumento real de salário, diminuição da jornada de trabalho, pelo ritmo de trabalho normal, pelo não prejuízo dos trabalhadores com a introdução de novas tecnologias, igualdade de salários sem discriminação de gênero, jornada de trabalho diferenciada para adolescente aprendiz, melhores condições de trabalho, férias, estabilidade no emprego e outras reivindicações.

A história das sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. [...] a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. [...] Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (Marx, 2007, p. 40-41).

O período de redemocratização da sociedade e do Estado, que marca o surgimento do projeto profissional e que se apresenta no cenário histórico, é um período de grandes transformações econômicas e políticas, nesse sentido podemos citar: em 1979 o surgimento do pluripartidarismo com o surgimento de outros partidos como O Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Popular (PP), Partido Democrático Trabalhista (PDT), rompendo a influencia

de dois partidos que já existiam – ARENA e MDB. Com agravamento da crise econômica, em pleno regime militar, inflação e recessão, os partidos de oposição ao regime cresceram, no mesmo sentido que se fortaleceram os sindicatos e as entidades de classes. No período da crise o aumento do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais acabam por desequilibrar o balanço comercial brasileiro e, portanto eleva a taxa de inflação, tudo isso compromete o modelo de crescimento econômico gerando desemprego em massa. Em 1984 o movimento pelas “diretas já” começa a se espalhar pelo país, a sociedade se organiza e passa a lutar por um novo modelo na política e por direitos sociais.

Todo esse movimento pela qual passou a classe trabalhadora frente as transformações que aconteceram nesse período, deixam claro que a sociedade brasileira enfrenta mais uma crise do capital com graves consequências aos trabalhadores. É nesse cenário que o serviço social brasileiro rompe com conservadorismo profissional.

Neste contexto consolidam-se inúmeras iniciativas, dentre elas, a experiência organizativa dos movimentos sociais que “põem à prova” a capacidade da profissão em identificar, nos processos de luta e resistência das classes trabalhadoras, um conjunto de situações que poderiam ser objeto de sua ação profissional, inaugurando uma tendência radicalmente nova na profissão: o redimensionamento da sua função pedagógica tradicional, em favor da construção de uma cultura (no sentido gramsciano) das classes subalternas, processo que ao longo dos anos 80 e 90 por vetores e iniciativas diversas define a renovação crítica do Serviço Social brasileiro (Mota; Amaral, 2009, p. 50).

A construção do Projeto ético-político foi produto de conquistas históricas, dentro de um movimento político e econômico que se expressa na relação de classes no Brasil com consequentes prejuízos a classe trabalhadora. Esse processo acontece na transição dos anos de 1980 a 1990, e ainda desde a intenção de ruptura, na recusa ao conservadorismo no exercício profissional, processo esse que vinha se constituindo e consolidando de forma lenta e gradual (aspectos já tratados anteriormente pelo movimento de (re)conceituação) dentro da profissão.

É precisamente na perspectiva de intenção de ruptura que se plasman as conotações inerentes a um exercício profissional (e suas representações) compatível com a modernidade: o reconhecimento dos projetos societários diferentes das classes e dos parceiros sociais, a compreensão da dinâmica entre classes/sociedade civil/Estado, a laicização do desempenho profissional, a assunção da condição mercantilizada dos serviços prestados pelo profissional etc. [...] A renovação profissional porque foi capaz de sintonizar as (auto)representações do Serviço Social com pluridimensionalidade dos projetos que permeiam a sociedade brasileira, constituiu, em si mesma, a contribuição (nem sempre consciente e voluntária, é verdade) dos assistente sociais para abrir o caminho ao futuro – de sua profissão e da sociedade (Netto, 2011, p. 305-308).

Os projetos profissionais são impensáveis se não forem remetidos aos projetos coletivos de maior abrangência, ou seja, aos projetos societários. Nesse sentido o projeto ético-político brasileiro está intimamente voltado a um projeto de transformação da sociedade, que se expressa na luta da classe trabalhadora, processo esse que está posto pela própria dimensão política da intervenção profissional.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de luta pela democratização da sociedade e do estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no processo de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da carta constitucional de 1988 e pela defesa do estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos (Iamamoto, 2008, p. 223).

Foi esse movimento histórico que percorreu o serviço social brasileiro que possibilitou várias conquistas e avanços no campo profissional, fruto também das tensões presentes na relação social inerentes ao capitalismo, e que afetaram diretamente as parcelas da sociedade no âmbito econômico, político e cultural, mobilizando também profundas transformações.

A partir dos anos 90 e nos anos subsequentes com o amadurecimento do Projeto Ético-Político, a renovação crítica do serviço social se traduziu por um leque de possibilidades no campo da pesquisa e no fortalecimento da organização político corporativa dos assistentes sociais.

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas permite atestar que os assistentes sociais deram um salto em sua qualificação e produção acadêmica e na presença política na sociedade. A categoria, hoje, também é pesquisadora reconhecida pelas agências oficiais de fomento. Por outro lado, amadureceram suas formas de representação, contando com órgãos, de representação acadêmica e profissional, legitimados e integrados entre si. Parcelas significativas dos assistentes sociais afirmaram-se como sujeitos profissionais e cidadãos(ãs), dotados de uma presença viva e ativa na sociedade e determinados a determinar a autoconsciência crítica das implicações sociais do seu trabalho. Portanto esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior (Iamamoto, 2008, p. 223-24).

Como já afirmamos anteriormente, respaldado por diferentes pensadores do serviço social, um projeto profissional está intrinsecamente ligado a projetos societários, e é essa ligação que apresenta as características presentes no interior da profissão, rompendo com as

diferentes concepções teóricas que por longo período imprimiram o distanciamento de uma perspectiva crítica da profissão.

Os projetos profissionais [incluindo o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitima socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (Netto apud Teixeira e Braz, 2009, p. 190).

O Projeto profissional do Serviço Social contemporâneo brasileiro ao romper com o lastro conservador reorientou a atuação de segmentos importantes da categoria, se traduzindo num legado importante no contexto latino-americano, elegendo elementos constitutivos que imprimem sua auto-imagem. Dentre os avanços nesse período de dinamismo no Serviço Social podemos considerar o avanço na formação de assistentes sociais, as novas diretrizes curriculares, os encontros, seminários e congressos que contribuíram na regulamentação legal do exercício profissional e no código de ética.

A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que tem força de Lei, sendo judicialmente reclamáveis (Iamamoto, 2008, p. 224).

Compreender a dimensão ética da profissão nos remete ao seu início nas Escolas de Serviço Social onde sua centralidade estava nas disciplinas de Filosofia e Ética, com princípios éticos com base na Filosofia Tomista, no positivismo e no pensamento conservador. Essa ética tradicional sofre tensões uma vez que o serviço social passa por um processo de luta pela hegemonia entre os projetos profissionais e nas demandas e respostas do serviço social. Esse período foi também marcado pela lógica do capital nas esferas da vida social, o que poderia facilitar o surgimento de diferentes formas de conservadorismo, todo esse movimento propiciou o debate ético.

Como analisamos a ética tradicional expressa uma das perspectivas morais da sociedade burguesa: a moral conservadora em sua articulação com a cristã e a positivista. Correspondendo a um *ethos* rigidamente fundado na defesa da autoridade, da ordem e da tradição, o conservadorismo moral é uma forma de alienação moral; reproduz preconceitos e se opõe à liberdade. Ontologicamente considerado, é uma força social inscrita na dinâmica das

possibilidades de conquistas e perda relativa da liberdade, ao longo da história (Barroco, 2010, p, 99).

O atual Código de Ética Profissional de 1993 (Lei 8.662/93) como parte da dimensão jurídico-política da profissão estabelece direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores radicalmente humanistas, superam e reformulam os códigos anteriores inclusive o código de 1986, portanto, marcam nesse sentido uma ruptura inédita, explícita no compromisso com os trabalhadores, sujeitos da intervenção profissional.

Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desce concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Nesse sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos a conquista da liberdade (Barroco, 2010, p. 200).

O atual Código incorpora as alterações que foram discutidas e aprovadas no 39º Encontro CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010 na cidade de Florianópolis (SC), assim como inclui as modificações da Lei de Regulamentação da Profissão, decorrentes da aprovação da Lei 12.317/10, que instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais.

Dentre os importantes ganhos políticos, nesse período o Serviço Social nega o conservadorismo dos Projetos anteriores e volta-se para o horizonte das lutas sociais emancipatórias, numa identificação entre práxis política e luta de classes, que se traduz na direção da emancipação política e humana.

A partir dessas premissas é que foi elaborado o código de 1993 que aperfeiçoando os avanços já contidos no de 1986, traz subjacentes aos seus princípios uma concepção de sociedade e dos valores por ela criados, que é de caris *crítico e ontológico*. Isso equivale dizer que a reflexão que fundamentou sua elaboração teve como pressuposto tanto a processualidade do ser social – que é presidida pela articulação entre a causalidade e a teleologia, quanto ao movimento que faz a razão para reproduzir esse processo, movimento que, por sua vez, deve ser “comandado” pelo envolver daquilo que existe realmente, que é exterior à consciência, que existe independente do fato de alguém refletir ou teorizar sobre ele (CFESS, 2006, p. 16).

Nesse sentido o esforço profissional pela sua operacionalização merece destaque na profissão. Uma vez que tanto os princípios fundamentais, quanto suas disposições gerais apresentam direitos e responsabilidades do assistente social. Para Netto (2013) “uma

característica básica do Código é o esforço realizado, e que me parece exitoso, para articular os seus princípios fundamentais com a operacionalização do exercício profissional”.

O código de ética aprovado em 1993, ao romper com características conservadoras presentes no código anterior, se constituiu como resultado de um debate amplo e plural que foi promovido em nível nacional pelo conjunto CFESS/CRESS, como afirma Netto, e traz a Liberdade como valor ético central. O consenso presente no código representou uma ampla conquista da categoria, o que significa um exercício de democracia no interior da profissão.

O consenso diante desse valor, porém não excluiu as divergências e diferenças presentes no interior da profissão, o que para Netto se faz pelo consenso democrático, respeitando as divergências entre os profissionais.

O fenômeno é compreensível a categoria não é um conjunto homogêneo, mas um universo em que se refratam (com maior ou menor fidelidade) os conflitos e tensões da sociedade que o inclui. Por isto, o código está longe de ser um documento intocável; pode ser objeto de revisão quando se põem de manifesto elementos e/ou prescrições nele contidos que se revelem anacronizados ou temas de discrepâncias substantivas (como, aliás, prova-o a história dos nossos códigos, desde os fins da década de 1940) (Netto, 2013).

Fazendo uma leitura a partir dessas considerações, é importante a articulação dos princípios fundamentais e a operacionalização do exercício profissional. O código de ética possui uma dimensão onde os princípios e valores estão inter-relacionados numa direção ético-política para valorização do sujeito social em toda sua dimensão.

A liberdade é outra base ética. Mas a ética burguesa também tem o discurso da liberdade. Como distinguir o princípio de um e de outro? No nosso projeto ético-político, o alcance da liberdade tem uma condição. Está condicionado à modificação das circunstâncias que aprisionam o homem, que o limitam, que o alienam e que favorecem a cupidez e a apropriação gananciosa da riqueza, da renda e da propriedade. Erich From, em seu prefácio de maio de 1964 aos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, contribuiu para tornar clara essa perspectiva, indicando um trecho do volume III de O Capital. Esse trecho diz que o reino da liberdade só começa de fato quando cessa o trabalho que escraviza, “determinado pela necessidade” e não por um desejo de realização (Teixeira, 2009, p. 16).

Nos fundamentos e valores presentes no código como expressão do próprio projeto ético político, podemos observar o salto que a profissão dá, fortalecido pelo empenho de profissionais em orientar sua intervenção profissional de forma competente, acompanhando o desenvolvimento que se apresenta nas relações sociais.

Dentre os marcos legais¹ do Serviço Social está a Lei de Regulamentação da profissão, que se constituiu também como resultado do esforço profissional ao tentar construir formas de fortalecimento da profissão através de normatizações legais, como o código de ética, as diretrizes curriculares e a lei de regulamentação da profissão².

Nos anos de 1990, houve um processo de atualização dos princípios éticos e políticos e dos procedimentos técnico-operacionais do Serviço Social, que redundou na promulgação, em 07 de julho de 1993, da Lei 8662/93, [...]. Esse novo texto legal, além de dispor sobre as competências e as atribuições privativas do assistente social no Brasil, determina a competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social – como órgão normativo de grau superior [e de segunda instância], o primeiro, órgãos executivos e de primeira instância, os segundos. A lei também reconhece e determina como fórum máximo de deliberação da profissão, para fins de fazer cumprir seus ditames, as reuniões conjuntas do Conselho Federal com os conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS, 2006, p. 13).

Podemos aqui também tratar sobre a nova proposta de um currículo mínimo (Lei 9394/93 – Lei de Diretrizes e Base da Educação) aprovada em assembléia Geral extraordinária da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, que se traduz também como um marco necessário das mudanças inerentes aos avanços da profissão, que já vinha definindo desde os marcos protagonizados pelo Código de ética e pela Lei de regulamentação da profissão.

O avanço da profissão, seu percurso na direção teórico-crítica, não poderia deixar a reboque a formação profissional. Nesse sentido é comprovável e perceptível o avanço teórico-crítico da profissão, o arcabouço forjado no mercado editorial e produção acadêmica profissional que são de incontestável competência.

Essas conquistas do Serviço Social se constituem como elementos que fortalecem o cotidiano da categoria profissional, dos projetos profissionais aliado aos societários, como elementos que exigem o compromisso profissional com os pilares ético-políticos da profissão.

¹ As primeiras escolas de Serviço social datam da década de 30, porém a legitimação da profissão tem seu reconhecimento a partir da Lei 1889, de 13 de julho de 1953 e regulamentada pelo decreto 35.311, de 08 de abril de 1954, que normatizou o ensino de Serviço Social e que determinou em nível Federal, seus objetivos, sua forma de estruturação e as prerrogativas dos diplomados. A Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957, foi que conferiu a exclusividade do exercício profissional aos portadores de diploma, definindo requisitos e atribuindo prerrogativas profissionais.

² As primeiras escolas de Serviço social datam da década de 30, porém a legitimação da profissão tem seu reconhecimento a partir da Lei 1889, de 13 de julho de 1953 e regulamentada pelo decreto 35.311, de 08 de abril de 1954, que normatizou o ensino de Serviço Social e que determinou em nível Federal, seus objetivos, sua forma de estruturação e as prerrogativas dos diplomados. A Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957, foi que conferiu a exclusividade do exercício profissional aos portadores de diploma, definindo requisitos e atribuindo prerrogativas profissionais.

2.2. Dimensão ético-política e técnico operativa: parâmetros para a prática profissional

A partir dos anos 90 a prática profissional tem sido objeto de reflexões e debates, principalmente no âmbito acadêmico e na formação profissional na América Latina e no Brasil. Esse debate tem suscitado estudos que dão o norte na efetivação de uma prática que não perca de vista, entre outros pilares da intervenção profissional, as dimensões ético-político e técnico-operativa.

Esse processo que se apresenta de múltiplas dimensões se constitui como um desafio profissional especificamente por exigir uma leitura crítica da dimensão profissional e de sua prática, uma vez que a prática esteve, durante um longo período, impregnada por características conservadoras que constituíram o fazer profissional desde sua gênese.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) possui papel importante nesse debate que vem se aprofundando desde o final da década de 90, nesse sentido vem promovendo reflexões sobre a prática profissional. Esses debates também foram apropriados pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSSS), que através de fecundos debates e articulações objetivam também a implementação das novas diretrizes curriculares, que se constitui de suma importância na prática profissional. Esse movimento ainda revela a importância da prática profissional frente ao projeto profissional, e se constituem um movimento que se expressa nas competências e atribuições privativas do assistente social.

Com base numa concepção apreendida de Santos (2013) entendemos que os instrumentos estão numa inter-relação com a profissão. Nesse sentido para que o profissional desenvolva a prática requer que ele possua o domínio do que é o Serviço Social, sua natureza, seu objeto e seu âmbito de intervenção.

Este coloca-se, inicialmente, a partir das necessidades a serem satisfeitas para as quais os agentes estabelecem finalidades, definem os meios mais adequados, determinam o modo de operar. A energia dos agentes potencializada no instrumental permite a operacionalização do projeto. Deste modo os agentes profissionais, enquanto desenvolvem uma atividade, não são apenas técnicos como também críticos, já que o domínio do instrumental requisita-lhes um conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las, e estas não se encerram na razão de ser do Serviço Social. Antes, incorporam a razão de conhecer a profissão, suas condições e possibilidades (Guerra, 2010, p. 169).

A prática profissional requer dos seus agentes um conhecimento e aperfeiçoamento permanente, Guerra (2010) aponta o instrumento como elemento potencializador da ação; que

consiste num conjunto de recursos ou meios que permeiam a operacionalização da ação profissional. Nesse sentido os instrumentos se constituem necessários a atuação técnica, pelos quais os assistentes sociais podem objetivar suas finalidades.

A técnica e os instrumentos comportam as habilidades desenvolvidas pelos sujeitos profissionais, e estes lhe atribuem dimensões, seu sentido e intencionalidades, que na contemporaneidade devem responder numa inter-relação aos elementos potencializadores do exercício profissional e ao projeto profissional. Esse movimento dinâmico da técnica e dos instrumentos possui sua finalidade na ação profissional, que Santos (2013) define como a passagem da finalidade ideal – âmbito da teoria, a finalidade real – âmbito da prática.

Para Santos (2013) a forma como os profissionais utilizam os instrumentos e as técnicas expressa o entendimento sobre as dimensões teórico-políticas. Nesse sentido não há uma prática neutra, uma vez que a escolha dos instrumentos possui uma finalidade. Nesse sentido Guerra (2010) contribui:

A atividade humana, o trabalho, bem como as práticas profissionais, enquanto uma das maneiras de objetivação do ser social, uma forma de sociabilidade entre os homens, portam sobretudo, dimensões políticas e éticas que ao serem limitadas à dimensão instrumental, postergam a natureza ontológica das relações sociais (Guerra, 2010, p. 169-170).

A importância de conhecer os instrumentos e técnicas garante visibilidade a competência profissional, como já nos referimos anteriormente, esses instrumentos possuem uma intencionalidade que vai para além da dimensão puramente técnica, mas rumo a uma concepção ético-político da prática profissional.

É nesse contexto que o projeto ético-político da profissão enfatiza alguns elementos que se referem aos instrumentos e técnicas de intervenção. O primeiro é situar os instrumentos e técnicas da intervenção profissional como um dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa. O segundo é ressaltar a relação de unidade, na diversidade, entre as dimensões da intervenção profissional, quais sejam: a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O terceiro é negar a existência da neutralidade no uso das técnicas, o suposto caráter apolítico em seu uso (Santos, 2013, p. 49-50).

Destacamos dois processos importantes na apreensão dos instrumentos e técnicas – o caráter histórico e o caráter teleológico, que se expressam em um conjunto dialético articulado. No que se refere ao seu caráter histórico frente às transformações da realidade, supõe entender as diversas necessidades sociais postas pela sociedade capitalista. Em outras palavras, a transformação da sociedade leva ao desenvolvimento de novas exigências e

demandas que se colocam para o assistente social que necessita articular de forma competente respostas para sua prática profissional.

Na mesma direção, o caráter teleológico, do projeto ético-político da profissão, atualmente se expressa diferente daquele do início dos anos 80, nesse sentido a escolha dos instrumentos e técnicas não é neutra e comportam: a intencionalidade da profissão, do profissional, da instituição e da população que procura Serviço Social. A escolha do profissional comporta uma finalidade e nisso é preciso um fazer consciente e com conhecimento necessário para que alcance os objetivos.

O projeto profissional articulado a um projeto societário apresenta também a necessidade de um desenvolvimento teórico-prático profissional que possam se expressar em novas respostas profissionais responsáveis e consequentes. É nesse sentido que Forti e Guerra (2013), afirmam que se torna imprescindível uma compreensão substancial da economia – da atual crise do capitalismo –, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-políticas, das organizações sociais, e da dinâmica das relações grupais e interpessoais. Essa apreensão se faz a partir de uma visão de processos como totalidade e que se apresentam em diferentes níveis de complexidade.

Portanto, a leitura do real solicita teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem a apreensão dos elementos estruturais e conjunturais, das peculiaridades, dos nexos com a totalidade e das relações entre vários elementos que compõem a realidade com as quais se pretende atuar na prática.

Ainda para Forti e Guerra (2013) é necessária uma teoria que permita perceber como os principais dilemas se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e que se expressam nas requisições e competências profissionais e na cultura profissional.

Nesse sentido, exige-se compromisso com uma capacitação suficientemente qualificada em termos de conhecimentos teóricos e possibilidades interventivas para aqueles profissionais que não queiram apenas atender ao mercado de trabalho. Por melhor que seja uma teoria, ela não é capaz por si só de alterar uma realidade concreta, precisa da prática como atividade que permita a transformação, desde que num processo de atividade reflexiva sobre sua ação e que revele a realidade.

No senso comum é constante que se ouça a expressão ou chavão “na pratica a teoria é outra”, o que acaba por trazer um falso engano na compreensão desse dilema da formação e do exercício profissional. O que concebemos é que para que o profissional dê respostas competentes, se faz extremamente necessária a apropriação de teorias que fundamentem sua prática, saindo do senso comum e assumindo uma postura de apropriação teórico-metodológica e ético-política na sua prática profissional (Santos, 2013).

Um dos problemas em relação a essa compreensão equivocada se deve ao fato de que se concebe a teoria como uma possibilidade de ser imediatamente aplicada na prática; nesse sentido, compreendendo as teorias sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas e capazes de serem aplicadas diretamente na realidade e que resulte no efeito desejado (Santos, 2013).

Forti e Guerra (2013) esclarecem sobre a idéia “que na prática a teoria é outra”, nessa concepção equivocada – a teoria pode ser implantada na realidade social e ainda dar respostas aos problemas. Seria como se pudesse aplicar uma regra pronta numa realidade tão dinâmica, ou ainda como se ao se apropriar da teoria responder imediatamente as demandas postas aos profissionais, sem a real apreensão da totalidade da dinâmica social. Para Forti e Guerra (2013):

É como se a validade da teoria repousasse na dócil submissão à necessidade de respostas práticas imediatas para o problema. Isso nos traz à lembrança um pensamento cuja origem e difusão encontramos especialmente nos Estados Unidos, no final do século XIX e início do século XX, alicerçando a expansão do espírito empresarial – o pragmatismo, vertente irracionalista do pensamento, consoante com a perspectiva de mercantilização da vida social e, dessa maneira, adversa as vertentes filosóficas investigativas e de cunho ontológico – um modo de pensamento que eleva as atividades prático-utilitárias e o valor das normas e princípios que venham como verdade o útil êxito individual (Forti e Guerra, 2013, p. 5).

Podemos compreender de Forti e Guerra, que essa concepção está impregnada de concepções ideológicas, pois compreende o homem na sua individualidade subjetiva e que se justifica através de experiências exitosas, o resultado positivo dos instrumentais e técnicas aplicados a determinada realidade. Essa concepção não é neutra, pois tem uma intencionalidade.

Não é demais ratificarmos que a cisão entre teoria e a prática encontram-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo. Isso repõe sobre as bases mais complexas a alienação essencial do capitalismo – separação entre proprietário e não proprietários dos meios de produção – de modo que a cisão entre os que pensam e os que executam, que fundamenta a alienação no trabalho, é particularizada na ordem burguesa – constituída como

processo de reificação. Ao suprimir as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos, o pensamento reificado não ultrapassa a aparência dos fatos, não supera o âmbito da experiência imediata e se limita a conceber os fenômenos em sua positividade, descartando o seu movimento de constituição (Forti e Guerra, 2013, p. 7).

Nesse sentido para que uma prática profissional possa responder de forma competente as demandas postas pela realidade social, se faz necessária uma interpretação da realidade na sua totalidade, apreendendo todos os elementos constitutivos do movimento dialético da sociedade.

O Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a capacidade de captar criticamente a realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição – o requisito imprescindível – do seu trabalho profissional (Forti; Guerra, 2013, p. 8).

Embora existam limites postos pelo sistema capitalista para a realização da prática do assistente social, é necessário na sociedade atual que esse profissional invista na sua contínua formação teórica, política e ética que possam dar base para responder de forma competente e situada na realidade social na qual está inserido, e ainda que seja capacitado para fazer uma leitura crítica da totalidade, que se apresentam na singularidade.

CAPÍTULO III

**Limites e possibilidades dos Assistentes Sociais no
CRAS/DF na atualidade e o projeto ético-político.**

3.1. Política de Assistência Social e os desafios para a prática profissional

Diante da reflexão que nos propusemos desenvolver neste trabalho, acreditamos ter a consciência de um caminho na construção e consolidação de um pensamento crítico no serviço social que tem por base o marxismo, com consciência madura de que encontra aí os fundamentos e as explicações mais adequadas sobre as relações sociais e a questão social, referências concretas da prática profissional (CFESS, 2009, p. 26).

Buscamos ressaltar que as conquistas no campo da prática profissional traz o debate da “Questão Social” que perpassa a produção e reprodução das relações sociais. Observamos que o trato acerca da “questão social” no debate acadêmico e como objeto de estudo da profissão se torna mais presente a partir dos anos 90, com o aumento de produções teóricas voltadas a essa temática (Sarah Silva, 2012).

O surgimento da “questão social” na Europa que se apresenta no século XIX, como impulso nas lutas políticas por formulações de políticas sociais em benefício da classe operária, que naquele momento estava em pobreza crescente, acentuado pelo processo de urbanização e industrialização que deu origem ao empobrecimento da classe operária, também suscitou a consciência das precárias condições de trabalho, levando a situação a atingir contornos problemáticos, especialmente para a sociedade burguesa.

A Questão Social apareceu mais fortemente como objeto de estudo na profissão a partir de 1996 com a elaboração das Diretrizes Curriculares³. Diretrizes que estabelecem um patamar comum, assegurando ao mesmo tempo a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações realidade social. Os novos perfis assumidos pela Questão Social frente a reforma do Estado, e as mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas e qualificação profissional, alterando o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (CRESS/RS, 1999).

Nesse sentido o perfil dos formandos frente às Diretrizes Curriculares – é que o assistente social é um profissional que atua nas expressões da questão social e que desenvolve competências e habilidades na identificação das demandas presentes na sociedade, visando

³ Resultado de amplo e sistemático debate pelas Unidades de ensino a partir de 1994 quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, ocorrida em Londrina – PR, em outubro de 1993, delibera sobre os encaminhamentos da revisão do currículo mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE Nº 412 de 04.08.1982 e Resolução nº 06 de 23/04/82)

formular respostas profissionais para o enfrentamento da “questão social”, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Embora a profissão tenha surgido em um espaço contraditório da sociedade burguesa e aliada a uma prática conservadora, isso não se perpetuou, uma vez que na contemporaneidade a apreensão da inter-relação entre “questão social” e política social possibilita à prática profissional na área da assistência social, uma análise crítica da realidade, na qual o assistente social desenvolve sua prática pautada nos princípios e valores éticos da profissão.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. O estado passa a intervir nas relações entre empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específica, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (Iamamoto e Carvalho, 2007, p. 77).

Nesse sentido a “questão social” aparece como reflexo da contradição capital/trabalho, que se aparece nas “expressões” de conflito impostas pela relação de produção, onde quem detém o poder econômico explora e acumula bens, enquanto os trabalhadores ficam com o mínimo dessa relação de exploração que não dá para suprir suas necessidades, gerando reflexos como: desemprego, pauperismo, falta de moradia, fome, falta de acesso a educação de qualidade, de saúde, de acesso a previdência, dentre outras características dessa questão. Ou dizendo de outra forma, a “Questão Social” é reflexo da desigualdade social, própria do sistema capitalista de produção, ou ainda da forma como a riqueza nessa sociedade é produzida e repartida.

Para compreender a origem da “Questão Social” a partir da “lei geral da acumulação capitalista”, Santos (2012) contribui:

Isso significa dizer que a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou produção ampliada do capital. Esse processo remete a incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias (Santos, 2012, p. 26).

Santos (2012) ainda contribui :

Esses processos se intensificam na mesma medida em que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista, ou seja, aquele que, sob o formato da grande indústria, aprofunda a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo. Tem-se então um marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da “questão social” (Santos, 2012, p. 28).

Iamamoto (2009) acrescenta:

A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formação regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (2009, p. 27).

Para Santos (2012), é importante destacar que a “questão social” aqui tratada não é de forma indistintamente, mas sim aquela que tem sua existência fundada no modo de produção capitalista, pois no escravismo e no sistema feudal, também existiam diferenciações entre classes, propriedade privada e exploração do trabalho e, portanto, nesse sentido também se produzia desigualdade. A diferença é que no modo de produção capitalista ela é socialmente produzida. Isso não significa dizer, que no século XIX, em pleno desenvolvimento da Revolução Industrial, não ocorressem mais fenômenos. Hobsbawm nos fala da “Grande Fome Irlandesa” de 1847, como parte da “Grande Depressão” ocorrida em toda Europa Ocidental ante o fracasso da colheita de batatas (2012, p.29).

Destacamos a reflexão a cerca das expressões da questão social como objeto de intervenção da prática profissional. Para apreender sobre o acesso aos direitos e as políticas sociais no Brasil e a prática profissional é necessário entender as exigências postas aos assistentes sociais no sentido de desenvolver competências e habilidades que possibilite fazer uma leitura crítica da realidade posta no seu cotidiano e assim conseguir dar respostas de forma competente e qualificada às suas demandas, exigências estas que estão interligadas ao que dispões tanto na Lei de Diretrizes do Serviço Social e no Código de Ética.

No Brasil e na América Latina a prática profissional surge diante do desenvolvimento industrial urbano como respostas do Estado e dos empresários de sentido de amenizar as sequelas da questão social, nesse sentido as política sociais é que irão subsidiar o propósito de tentar dar respostas as demandas impostas pela dinâmica e desenvolvimento das relações de pobreza e exploração dos trabalhadores.

Fica explicito na fala de Yazbek que “as expressões da Questão Social brasileira é ampla e complexa”. Logo tais expressões resultantes da questão social são aquelas com as quais profissionais se defrontam na sua prática do dia a dia, e leva a fazer uma reflexão sobre para onde estamos caminhando, diante do precário sistema de proteção social público no país, que se constitui como consequência da crise global do capitalismo, que cada vez mais estrangula esse sistema com a redução ou gotejamento de recursos financeiros, e políticas focalizadas que não vão atender efetivamente essas expressões.

Trata-se do entendimento sobre direito e sua relação e sua relação com a totalidade da vida social; do vínculo entre as lutas para realização dos direitos e as classes sociais; e do movimento teórico-ético e político no serviço social frente as formas de luta que se destinam a reivindicar direitos. [...] trata-se, portanto, de pensarmos a vida e os indivíduos em suas relações concretas e densas de historicidade. E, nesse sentido, trata-se de apreender a assertiva de que a essência humana encontra-se no conjunto das relações sociais historicamente determinadas (Behring; Santos, 2009, p.276).

Numa visão marxiana a superação da “questão social” só é possível com a ultrapassagem dos marcos do capitalismo, na sociedade burguesa. Para Behring e Santos (2009) apesar de a política e o direito constituírem dimensões relevantes na institucionalização e no modo de ser das formações sócio-históricas classistas, não é pro intermédio desses complexos que se torna possível alcançar o núcleo central de estruturação da sociabilidade e da individualidade.

O surgimento das políticas sociais se deve a pressão dos trabalhadores que diante dos antagonismos das classes, se organiza e luta; sem avançar na transformação a ordem vigente, consegue determinados ganhos políticos.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (Behring, 2011, p. 64).

A formação brasileira é marcada por uma acumulação originária do colonialismo e pelo imperialismo, características que se expressam ainda na sociedade moderna. Desde o princípio dessa formação é característico a ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos dos cidadãos por parte das elites econômico-políticas (Behring e Boschetti, 2011). Nesse sentido as políticas sociais não surgem pela vontade do estado

burguês em atender as necessidades da classe trabalhadora, mas sim forjadas pela organização, e das lutas dos sujeitos sociais que sofriam com a violação dos seus direitos e perdas sociais.

O papel do estado na implementação das políticas públicas e no acesso aos direitos sociais aparece de suma importância na relação formada entre Capital e Estado, uma vez que nessa relação há interesses que convergem de poder e dominação. Também a relação entre Estado e sociedade possibilita a construção da esfera pública, que por sua vez remete aos nexos entre público e privado como instâncias emergentes nas formações sociais burguesas instituídas nos séculos XVII e XVIII (Potyara, 2008).

Ressalta-se que é nesse período histórico que acontece a distinção entre Governo e Estado, assim como a diferença entre Estado e sociedade, onde o Estado fortalece seu domínio valendo-se de aparatos burocráticos, legais, policiais e ideológicos, conformando o Estado absolutista monárquico (Potyara, 2008).

É nesse processo também que se torna clara a distinção entre o que é de caráter universal ou público, que nesse caso é coberta por lei usualmente do Estado; ou o que é particular ou privado, a qual as pessoas de forma individual têm liberdades civis protegidas.

Numa sociedade onde o ganho dos direitos sociais se construiu forjados pela organização e luta política da classe trabalhadora, onde o Estado se vê pressionado a dar respostas para a sociedade, Coutinho contribui:

Numa sociedade onde se deu o processo de socialização da política, onde houve organização popular, onde se formaram sindicatos e partidos de massa, conquistou-se o sufrágio universal, o poder não se concentra apenas no Estado, mas está difuso pela sociedade. Então, diz Gramsci; “não adianta tomar de assalto o Estado, porque o Estado é apenas uma fortaleza das classes dominantes. É preciso conquistar posições na sociedade, é preciso ocupar trincheiras e casamatas para que se torne possível a inversão de relações de poder na sociedade e a consequente conquista do estado” (1999, p.32).

A relação entre Estado e Sociedade Civil passa a ser vista por uma nova perspectiva, onde as reivindicações da sociedade passam a ser incorporadas às demandas das pautas políticas do cenário social brasileiro. Os três pilares da Seguridade Social – Saúde, Assistência Social e Previdência Social, passam a ser garantidos como direitos sociais a partir da Constituição Federal de 1988.

Para Behring e Boschetti (2011) apesar da ascensão das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contra tendências se interpuseram a essa possibilidade. Os anos de 1990 até os dias de hoje têm sido de contra reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência.

As últimas décadas foram marcadas pela contra reforma neoliberal que impactam nas políticas sociais. As reformas propostas na realidade buscavam atender orientações do mercado, com a justificativa que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram a causa da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 80 (Behring e Boschetti, 2011).

Esse argumento fica mais claro quando se considera a história do século XX em âmbito mundial, no qual o que se pode chamar de reforma associava-se a legislação social e, no pós guerra, ao *Welfare State*. Estas foram reformas, como já demonstramos anteriormente, intrínsecas ao capitalismo, sob a pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do papel do fundo público, desencadeando medidas Keynesianas de sustentação da acumulação, ao lado da proteção ao emprego e do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores. Foram procedimentos viabilizados pelo Estado de direito, e, na maior parte das vezes, sob a condução da social-democracia (Behring; Boschetti, 2011).

O Brasil como é um dos países que ao mesmo tempo é subdesenvolvido e industrializado, também guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais (Sposati, 2014).

As desigualdades sociais no capitalismo deixam a maioria dos sujeitos sociais à margem do acesso aos bens produzidos na sociedade burguesa, nesse sentido as políticas sociais é que darão o suporte para que possa ser atendido o mínimo necessário das carências dos sujeitos sociais. As políticas públicas de seguridade social determinam o meio pelo qual serão atendidas as necessidades dos sujeitos sociais.

A assistência Social até 1988 não era considerada direito do cidadão e dever do Estado. Desde o Brasil Colônia já existia a assistência social, porém seus valores e interesses eram de valor moral, vocação ou então práticas eleitoreira, clientelistas e populistas; porém

nessa época essa prática era considerada assistencialista – ou seja, o uso distorcido ou perverso da assistência (ou desassistência) uma vez que as necessidades básicas do cidadão não eram satisfeitas (Potyara, 2007).

É somente com a constituição de 1988 que a Assistência Social passa ao status de Política Pública da Seguridade Social ao lado da Saúde e da Previdência Social, nesse sentido ganhando um novo significado, diferente daquele que a estigmatizava desde o seu surgimento.

A Constituição institui a assistência social como política de Estado e, portanto, como direito social (art. 6º da C. Federal), sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem estar brasileiro. Tem por pressuposto o reconhecimento institucional da legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, no contexto da assistência social. Define-se, assim, como política de proteção social, articulada com as demais políticas de garantia dos direitos sociais (Simões, 2010, p. 185-186).

Ao assumir a condição de política pública de seguridade e que deveria concretizar direitos sociais previstos na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 – que regulamenta os artigos 203 e 204, da referida Carta Magna – a assistência social deu um verdadeiro salto de qualidade, não só saiu do crônico estágio alternativo de direito, mas revolucionou o pensamento *juspolítico* (jurídico e político). Exigiu também redefinições legais, teóricas e filosóficas, que lhe conferiram um paradigma próprio, antes inexistente e contribuíram para um catálogo de direitos no país (Potyara, 2007).

A assistência social ao ser reconhecida como direito no mesmo patamar da saúde e da previdência social, objetiva garantir uma política de proteção a quem necessita. No que se refere a sua redefinição no campo da política social de garantia de direitos, Simões (2010) também contribui:

Instituídos pelos arts. 203 e 204 da Constituição Federal, foi regulamentada pela Lei n. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que, por sua vez, promoveu três condições resolutivas de sua eficácia, nos três níveis federativos: a elaboração da *Política de Assistência Social*, por meio de conselhos, com a participação de representantes da população interessada; sua corporificação em um *Plano de Assistência Social*; sua viabilização material por meio de um *Fundo de Assistência Social* (2010, p. 186).

Desde sua origem o Serviço Social possuía a configuração de assistencialismo, no processo de sua institucionalização acadêmica e disciplinar tendeu a se apresentar como prática social de cunho filantrópico, e portando desvinculada do cunho de cidadania. Porém

hoje a assistência social tem clareza de sua natureza institucional e profissional (Simões, 2010).

A história dessa institucionalização evidencia que, até 2003, estava associada à previdência social, desde a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974 (Lei n. 6.036, de 1/5/1974). Adquiriu organicidade própria com a criação do Ministério da Assistência e Promoção Social (MP n. 103, de 1/1/2003), transformado, no mesmo ano, em Ministério de Assistência Social (Lei n. 10.683, de 28/5/2003). Este, por sua vez, veio a ser transformado no atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MP n. 163, de 23/1/2004) (Simões, 2010).

O modelo de financiamento adotado tanto pela política de Saúde como de Assistência Social no Brasil é o modelo Beveridgiano, que surgiu na Inglaterra após a segunda guerra mundial, tendo como objetivo principal o combate à pobreza, e pautado pela instituição de direitos universais a todos os cidadãos incondicionalmente, ou submetidos à condição de recursos, porém, são garantidos mínimos a todos cidadãos que necessitam.

Nesse sentido fica claro o porquê da política de assistência adotar a denominação de “mínimos necessários a quem dela precisar” (grifo nosso), o que nos leva a identificar como as políticas sociais estão impregnadas por ideologias de cunho capitalista burguês que na realidade servem como paliativos necessários à manutenção do sistema.

Assegurada a Assistência Social na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a sua prestação é garantida para quem dela necessitar e diferentemente da previdência social, a assistência social é independente de contribuição para a seguridade social, constituindo-se dessa forma como dever do Estado e direito do cidadão.

A LOAS, importante instrumento na organização da política da assistência social, apresenta como objetivos: a proteção à família, a maternidade a infância, a adolescência e a velhice, assim como amparo as crianças e aos adolescentes carentes; também visa da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência; a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção. Todos esses objetivos buscam garantir a proteção social, a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos.

Dentre outros objetivos também se destaca a vigilância socioassistencial, a defesa dos direitos, e o enfrentamento a pobreza, e nesse sentido realiza políticas para garantir mínimos sociais e a universalização de direitos sociais.

Cabe-nos fazer uma reflexão a cerca dos objetivos da assistência, pois o que se observa na implementação dessa política é que se busca de forma paliativa amenizar as sequelas da questão social, ou seja, aparece como mais um instrumento ideologicamente constituído para manutenção da sociedade de classes.

Contudo, para aqueles que atuam na política de Assistência Social, é de inquestionável importância a contribuição das políticas sociais na redistribuição de renda e contribuição do protagonismo dos sujeitos, porém, consideramos que na realidade se constitui em mais um aparato Estatal Burguês para manutenção e controle das seqüelas da Questão Social inerentes ao sistema capitalista. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), além de preceitos e normativas, de ordenamento político-jurídico, administrativo e regulatório, significa o fomento de condições objetivas para a garantia do direito ao acesso a política de Assistência Social [...] requer a revisão de procedimentos, responsabilidades e práticas na direção de uma nova cultura política e de gestão (CFESS, 2005-2008).

O SUAS como modelo de gestão da assistência social é o instrumento que materializa a política social no Brasil, de forma inovadora organiza e responsabiliza os entes federativos na sua implementação em todo o território nacional.

O SUAS, se faz por um modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara de competências técnicas políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS/2004; NOB/SUAS 2005, p 39).

O SUAS define e organiza os elementos essenciais imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme a descrição a seguir: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos

Humanos; A informação, o Monitoramento e a Avaliação (PNAS/2004; NOB/SUAS 2005, p. 39).

Se por um lado o SUAS representa avanços consideráveis para execução da política de Assistência Social, por outro lado, no que concerne ao financiamento desta e das outras duas políticas da Seguridade Social, é marcado por retrocessos. Para Boschetti e Salvador a finalidade principal do financiamento da seguridade social era constituir-se em um espaço próprio e integrador das ações de previdência, saúde e assistência social assegurando a apropriação dos recursos do orçamento fiscal. Entretanto, isso na prática não se consolidou; a área da assistência social foi virtualmente eliminada, e a área da saúde impensada, de um lado pelo Orçamento Geral da União e, de outro, pelo Ministério da Previdência.

O debate a cerca do financiamento da política de assistência social é bastante reconhecido e objeto de estudos e reflexões, para Castro “é comum atribuir a Assistência Social alcunha de prima pobre da seguridade social, naturalizando-se o pequeno volume de recursos, em relação à saúde e à previdência. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se desvela a escassez de recursos, registra-se, por outro lado, o acúmulo de saldo financeiro nos fundos municipais de recursos federais” (2011, p. 2). Nesse sentido se faz necessário o acompanhamento da destinação dada aos recursos da assistência social, papel esse que pode e deve ser desempenhado pelos Conselhos – Municipal, Estadual, Federal e Nacional.

No que concerne a organização da Assistência Social na LOAS, o artigo 6º, define os seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (2013, p. 13).

3.2. A prática profissional dos assistentes sociais no CRAS/DF

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no Sistema Único da Assistência Social – SUAS se configura como instrumento Estatal responsável pela Política de Assistência Social na implementação da Proteção Social Básica.

Dentre os avanços reconhecidos no ordenamento e na construção do SUAS destaca-se, especialmente, a centralidade na implementação dos equipamentos estatais, os CRAS e os CREAS, destinados à prestação dos serviços socioassistenciais, na articulação em programas, projetos, benefícios e demais direitos. Nesse sentido o aprimoramento e ampliação dos sistemas municipais e estaduais, ampliação do financiamento nas três esferas de governo, a adoção de mecanismos democráticos de gestão, qualificação especializada e permanente dos trabalhadores, são algumas das condições para o SUAS avançar (SILVEIRA, CAMARGOS 2008, p. 53).

De acordo com os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS destacamos:

Para a implementação do SUAS e para alcançar os objetivos previstos na PNAS/2004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho. Da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS. [...] Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipal) a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços (NOB-RH /SUAS 2009).

No que se refere a composição das equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS para a prestação dos serviços e execução das ações no âmbito da proteção Social Básica a composição do quadro profissional corresponde ao número de famílias atendidas, detalhadas no quadro abaixo.

Quadro 01: Composição das equipes de referencia dos CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compões o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: Norma operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB – RH/SUAS

Para orientar a atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social o CFESS publicou uma cartilha, intitulada “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”. A cartilha traz como referência as normas reguladoras do Serviço Social e, sobretudo os valores e princípios do Código de Ética Profissional, assim como as atribuições e competências asseguradas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993), na Resolução CFESS 493/06 e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (CFESS 2009, p. 1-2). Esses instrumentais são de importância ímpar para toda formação e atuação dos profissionais em diferentes campos de trabalho.

O serviço social tem ampliado seu campo de atuação, bem como as requisições profissionais. Nesse sentido identifica-se que também há um movimento de ampliação dos postos de trabalho, como é o caso da Política de Assistência Social, devido a implementação do Sistema Único de Assistência Social e a ampliação das demandas decorrentes da descentralização dos serviços sociais públicos (Pereira, 2013). Nesse sentido se faz necessário que os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) adéquem seus quadros de assistentes sociais, conforme a NOB/RH/SUAS (Aprovada em 2006), garantindo assim condições técnicas e éticas para que se garanta o exercício profissional com qualidade e com a perspectiva de garantia e consolidação da política de Assistência Social.

As equipes de referência são constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (NOB-RH/SUAS 2009, p.19).

Consideramos importante um breve destaque no que diz respeito ao financiamento da Assistência Social (o Decreto Nº 7.788, de 15 de Agosto de 2012, Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências), há mudanças decorrentes da implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) desde 2005, assim como há efeitos da regulação do novo modelo de atendimento da Assistência Social na composição de orçamentos municipais, sua importância e a partilha dos recursos entre as três esferas de governo na oferta de políticas sociais descentralizadas.

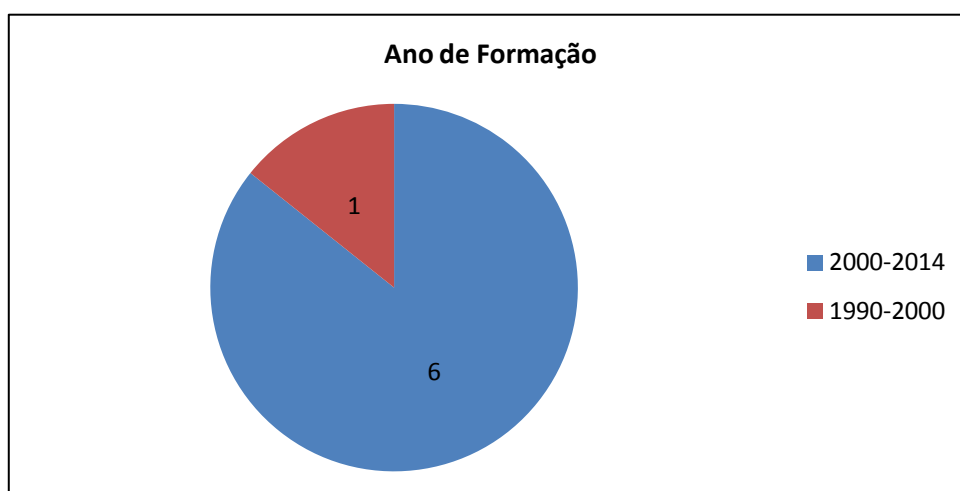
As finanças públicas na gestão da Política de Assistência Social a partir da Norma Operacional Básica de 2005 e que regula o Sistema Único da Assistência Social (SUAS),

passou a estabelecer novas regras de financiamento dos serviços da rede de atendimento da Assistência Social (Castro, 2011). Esse tema parece ainda bem polêmico dentro dessa política, até porque é comum atribuir a Assistência Social a alcunha de “prima pobre” da Seguridade Social, nesse sentido naturalizando o pequeno recurso em relação à Saúde e a Previdência. É contraditório, pois ao mesmo tempo em que se desvela a escassez de recursos, se registra por outro lado, o acúmulo do saldo financeiro nos fundos municipais de recursos federais transferidos nos últimos anos (Castro, 2011). Nesse sentido alguns questionamentos se levantam em relação a implementação do SUAS, no que diz respeito a ampliação de recursos públicos destinados a oferta de serviços típicos da Assistência Social.

O Distrito Federal possui 27 CRAS nos quais deveriam atuar 46 assistentes sociais (Pereira, 2013), porém a realidade que constatamos ao realizar a pesquisa é que nem todos os CRAS possuem atualmente assistentes sociais, numericamente não podemos quantificar quanto CRAS estão sem assistentes sociais, uma vez que não atingimos nesta pesquisa o universo dos 27 CRAS, mas segundo declaração inclusive dos profissionais entrevistados há ausência desses profissionais em alguns locais. Há previsão inclusive de concurso público, ainda para o ano em curso. O fato que se confirmou diante da dificuldade que enfrentamos para realizar a pesquisa nos quatro CRAS inicialmente mapeados para a realização do estudo, é que existem CRAS sem lotação de assistentes sociais.

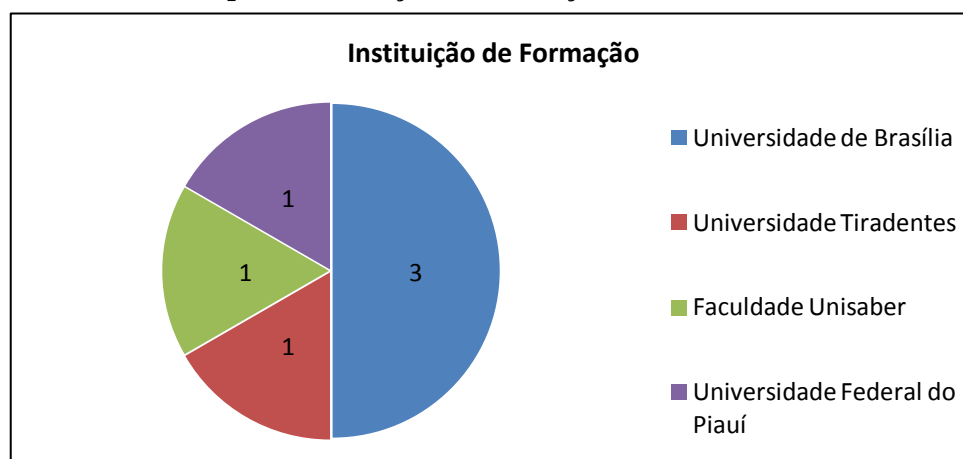
Iniciamos detalhando os perfis profissionais das entrevistadas (todas entrevistadas do gênero feminino), apresentados nos gráficos abaixo:

Gráfico 01: Dados sobre ano de formação das Assistentes sociais



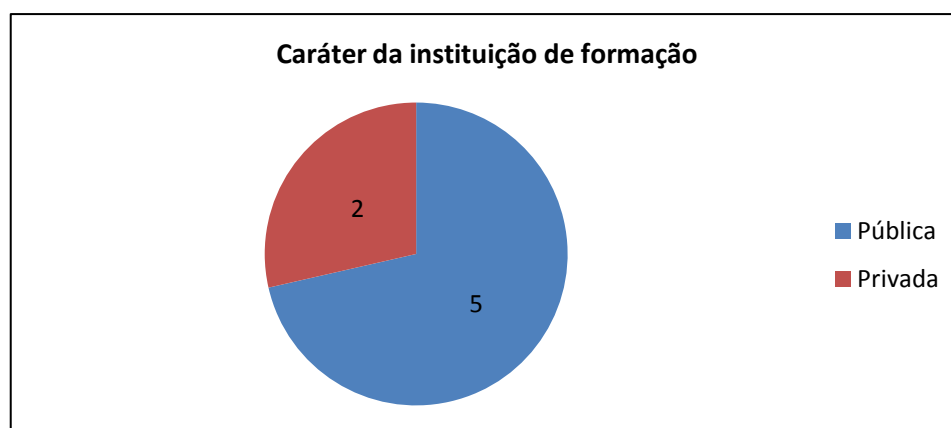
Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Gráfico 02: Tipo de Instituição de Formação das Assistentes Sociais



Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Gráfico 03: Instituição de Formação das Assistentes Sociais



No gráfico 1 apresentamos sobre o ano de formação: 6 Assistentes Sociais se formaram no período de 2000 a 2014, e 1 formou-se no período de 1990 a 2000.

No gráfico 2 apresentamos sobre o tipo de instituição de formação: 3 formaram na Universidade de Brasília, 1 formou-se na Universidade Federal do Piauí, 1 formou-se na Universidade Unisaber, 1 formou-se na Universidade Tiradentes.

No gráfico 3 acima apresentamos o resultado sobre a instituição de formação das entrevistadas das quais 5 entrevistadas foram formadas em Universidade Públicas e 2 foram formadas em Universidades Privadas.

Sobre a continuidade de formação as entrevistadas apresentaram-se em cursos de pós-graduação, direcionadas as atividades que exercem, ou seja, na Assistência Social.

Quadro 02: Formação das Assistentes Sociais dos CRAS

Entrevistadas	Especialização
1 e 2	Cursando (não declararam a área)
3	Pós-Graduação em Atendimento Integral a Família
4	Iniciou mestrado, mas trancou por motivos pessoais (pretende retornar)
5	Pós- Graduação em Gestão Pública/Gestão de Infância e Juventude/Gestão da política de Assistência
6	Pós – Graduação em Trabalho Social com Famílias e Comunidade
7	Não declarou

Fonte: Pesquisa direta realizada junto às assistentes sociais dos CRAS do DF

Observa-se que as pós-graduações escolhidas apresentam a escolha por aspectos específicos da política de Assistência Social, apenas a entrevistada 5 apresentou interesse na gestão de políticas sociais, um campo que atualmente tem diferenciado a atuação das assistentes sociais não apenas no campo de execução, mas tem se voltado cada vez mais para gestão das políticas. Nota-se um foco na família por se constituir o campo de atuação dessas profissionais na Política de Assistência Social e/ou especificamente no CRAS, que traduz o que pauta a Proteção Social Básica “é um conjunto de serviços, programas, projetos e serviços da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (LOAS 2013, p.13).

Diante das respostas apresentadas também confirmamos um dos avanços da profissão, antes mencionados: a necessidade da formação continuada requisitada pela profissão nestes novos tempos.

Procuramos abordar sobre o entendimento das entrevistadas no que diz respeito ao Projeto Ético-político das quais obtivemos as respostas abaixo:

É o que dá cara e norteia o trabalho do assistente social, ainda considero que não existe outra forma de trabalhar sem alguns princípios e diretrizes, é o que dá esse norte é o projeto ético-político (Entrevistada 1).

É o que dá forma ao agir profissional, tanto quanto profissional ou na relação profissional e usuário (Entrevistada 2).

De forma bem resumida entendo que é um projeto que alia os princípios e diretrizes éticos da profissão com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, o respeito a liberdade, e o trabalho com foco na liberdade do usuário dos serviços, na equidade, e nos valores éticos e das diretrizes, que são consultados e aplicados durante o trabalho, e procura atuar de acordo com o código de ética, e não de uma forma completamente neutra, (...) a classe trabalhadora tem que ser fortalecida e os seus direitos tem que ser garantidos e assim garantir a autonomia do usuário e a favor do fortalecimento da classe trabalhadora (Entrevistada 3).

Acho que o projeto ético-político profissional deve ser uma base, uma pedra fundamental, e brinca que é a bússola dos assistentes sociais, ou seja - “pra onde vamos, o que somos, quem somos, o que queremos e pra onde vamos com isso”. Acho que é o que -“estabelece os nossos objetivos, a finalidade da nossa proposta, como categoria e também nos ajuda a nortear pra onde vamos, também no nosso espaço sócio-ocupacional que hoje são vários, mas que a gente adéqua as nossas propostas profissionais de acordo com o nosso projeto ético-político (Entrevistada 4).

O projeto ético-político é o que demonstra o que é a profissão, é ele que revela características muito fortes da profissão e o que é o perfil profissional. Dentro desse projeto a gente encontra os nossos objetivos, o que de fato representa ser assistente social. Então o projeto ético-político é uma tradução do que é a profissão (Entrevistada 5).

É o compromisso claro com a classe trabalhadora sobre o fundamento Marxista, a perspectiva Marxista em busca da equidade e da justiça social. Compromisso que todas as assistentes sociais têm que ter e tem que estar muito claro para qual classe ela está se dirigindo, em defesa de qual classe. [...] (Entrevistada 6).

O Projeto ético político de maneira resumida se baseia na reflexão e prática do código de ética profissional, de forma a buscar a transformação social e a mudança societária (Entrevistada 7).

Diante das respostas acima, observamos que as profissionais afirmam a cerca das diferentes dimensões e da dimensão política do projeto profissional, destacamos também neste sentido o importante papel político que a profissão vem desenvolvendo nas ultimas décadas, inclusive realizado por instituições da classe como: CFESSS, CRESS e ABEPSS, e das Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social na formação profissional que traduz nova dimensão crítica sobre os conteúdos propostos.

O que ficou bem transparente na fala de todos também na fala de uma profissional é a compreensão do projeto profissional como o cumprimento do Código de Ética, um norte ou direção da profissão, ou seja, parecem as bases que compõem o projeto profissional.

O projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas, etc. (Netto in Teixeira e Braz, 2009, p. 190).

Dito de outra forma na afirmação de Teixeira e Braz (2009)

Os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão. São eles: [...] princípios e valores éticos políticos; [...] matriz teórico-metodológico em que se ancora; [...] crítica radical a ordem vigente – a sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; [...] lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política [...].

Como forma de aprofundar acerca da compreensão das entrevistadas perguntamos sobre a importância ou não do Projeto Ético-político para a profissão, responderam todas afirmativamente e teceram argumentos sobre sua importância, transcritas abaixo:

Se precisa de um norte, de um rumo, que como profissionais ou como técnicos, não tem como dissociar a teoria da prática. É preciso um planejamento mínimo. Que inclusive existe a polêmica: “de que a gente se afasta da teoria quando vai pra prática e vice e versa, mas que duas coisas que se complementam, não dá pra se pensar na prática sem a teoria (Entrevistada 1).

A gente precisa disso, de um direcionamento até para ter, para entender o que é a nossa profissão, e como que deve ser a nossa forma de agir, para a gente não agir só com os nossos entendimentos, mas para ter um entendimento da nossa profissão sobre o que é, como deve ser (Entrevistada 2).

O projeto ético-político é importante porque ele marca um momento novo para a profissão, um momento em que a que o serviço social rompe ou vem buscar ruptura, com as práticas ortodoxas, as práticas conservadoras, e é um momento que formaliza que dá um sentido novo pra o serviço social. “Então eu acho que se apropriar dele e trabalhar em cima dele é fundamental para que a gente mantenha acesa essa chama, de que a gente não seja engolido pelo sistema, que a gente não seja engolido por essas tentações do mundo. E eu acho que faz também com que a gente tenha uma percepção diferente sobre a realidade. O nosso projeto ético-político, ele tem um projeto hegemônico, uma teoria social crítica, a teoria Marxista, faz com que a gente tenha uma ótica diferente sobre a realidade, uma forma diferente de enxergar o mundo e as questões que se apresenta. E eu acho que isso faz com que a gente tenha mais propriedade pra exercer a nossa prática profissional, principalmente pra quem trabalha hoje aqui como eu estou na ponta da política e no contato direto com os usuários. Se a gente esquece, o código de ética, deixa na gaveta ou não lê, ou não está ali em contato constante com ele a gente se perde nesse caminho. Então eu acho que na verdade isso é o que nos puxa pra realidade, é o que nos puxa pro caminho que a gente tem que continuar seguindo (Entrevistada 4).

É impossível ser assistente social sem ter guardado isso pra si, ou seja, o que é o projeto da profissão (Entrevistada 5).

Atendemos os seguimentos para promover a autonomia, o empoderamento das famílias e a emancipação delas, trabalha a questão também intergeracional, porque o nosso objetivo da transferência de renda, dentro da política social, é romper com a pobreza intergeracional, ou seja, aquela que passou de pai para filho, essa reprodução, se o avô foi pobre o filho também vai ser pobre, o filho do outro filho vai ser pobre e aí a gente não quer que a sociedade permaneça, então é só com a mudança da ordem social, da coisa como está hoje.[...]. A gente sempre falou muito no nosso Código de Ética da emancipação, da expansão dos indivíduos, mas esse termo “empoderamento” eu lembro que a primeira vez que eu vi esse termo “empoderamento” foi em um livro de gênero do Saffioti, Elizabeth B. Saffioti. E ela falava sobre esse termo, e eu achei bem interessante. Porque empoderar uma pessoa é dar poder pra ela e aí dentro desse contexto da assistência social dar poder significa a gente informar e orientar porque quem não conhece não acessa (Entrevistada 6).

O projeto ético-político dá a possibilidade de dar importância e relevância para a profissão, para que possamos garantir princípios éticos, políticos e de cidadania através do atendimento aos usuários, buscando oferecer a autonomia necessária para os usuários (Entrevistada 7).

As respostas das entrevistadas reforçam a resposta do item anterior, ou seja o Projeto Ético-político como o que dará uma direção na prática profissional e que sua regulamentação e normativas legais dão o suporte e a dimensão do projeto profissional.

Apenas a entrevistada 4 apresentou uma fundamentação acerca da importância do Projeto Ético-político, resgatando temas tratados no capítulo I deste trabalho, como a ruptura com o conservadorismo, a aproximação com a teoria social crítica de Marx e a Hegemonia do Projeto. A entrevistada 6 apresenta uma concepção enviesada por diferentes apreensões da profissão.

Acerca do entendimento das assistentes sociais, perguntadas se as mesmas consideram que sua prática profissional tem como diretriz o projeto ético-político do Serviço Social, obtivemos as seguintes respostas:

Certamente sim, pois as demandas institucionais e o princípio ético está acima de tudo. Pois sendo servidor efetivo consigo sim fazer isso, tranquilamente (Entrevistada 1).

Busco na prática profissional sempre a formação continuada profissional que deve ter. “Sempre renovar os conhecimentos e principalmente busco dar essa liberdade pro usuário, de ele ir atrás, ele ser o dono da vida dele mesmo. Não ter essa interferência do profissional na vida dele de uma forma a dizer isso é o melhor pra você, não, deixar ele dizer o que é melhor pra ele naquilo. A gente trabalhar com ele essa emancipação, mas ele ser ator da vida dele. então sim, acredito que sim (Entrevistada 2).

Sim, eu acredito que a minha prática tem esse projeto ético-político como diretriz porque, como coordenadora da unidade, eu procuro participar das reuniões de rede que existem é, no caso aqui eu participo de uma reunião de rede (...) e também participo de uma reunião de redes que é de proteção dos direitos da mulher. E eu entendo que essa forma de trabalhar é pautado no projeto ético-político justamente por isso, porque eu não vejo o CRAS como

uma instituição que não pode trabalhar sozinha, (...) Então, se eu não trabalhasse de forma articulada, se eu não trabalhasse em rede, se a coordenação da unidade e até a política mesmo de assistência social não tivesse formatada nesse modelo novo, que eu acredito que é bem novo, é... a resolutividade do problema seria mínima, na minha visão, no meu entendimento (Entrevistada 3).

(...) eu só me entendo como assistente social porque eu abracei esse projeto. Porque eu tenho esses norteadores, esses valores do projeto como bases pra fundamentar a minha prática. Então eu utilizo a teoria pra fundamentar, pra estabelecer a metodologia que eu vou trabalhar. Então é um encadeamento, então eu não vejo como não estar associado, como não ter como diretriz. Mas eu acho que de modo geral ele fica esvaziado, não digo assim pra mim, mas é porque às vezes ele não é o, ele não aparece, né? Ele não é tão aparente, então parece que ele não existe na maioria dos casos e eu avalio que de modo geral, dentro do espaço ocupacional que hoje eu tenho, que ele se esvazia por vários motivos, mas eu acho que hoje ele é um pouco esvaziado. E existe essa necessidade de resgatar o nosso projeto ético-político sim (Entrevistada 4).

(...) a todo momento, todo dia, tudo que faço esteja relacionado a minha vida profissional enquanto assistente social tem que estar pautado pelo projeto ético-político da profissão (Entrevistada 5).

Todo o meu trabalho é voltado pra essa questão do empoderamento, da autonomia, eu reflito com a família. O meu atendimento eu sempre falo que é um atendimento diferenciado porque eu me preocupo em pedir retorno pro usuários, eu me preocupo em estender inclusive o meu tempo, que não é fácil porque muitas vezes eles querem saber de quantidade. Vamos dizer assim os nossos superiores eles querem saber de estatística, de quantidade [...] (Entrevistada 6).

Teoricamente sim, porém no cotidiano acredito que a minha prática não possibilita a aplicação efetiva do projeto ético-político, devido a grande demanda atendida no cotidiano de trabalho, bem como a falta de articulação com as demais políticas setoriais, perde-se muito o foco para esta diretriz, pois o assistente social deve buscar alianças e articulações para garantia dos direitos sociais dos usuários. Na realidade esta garantia fica estagnada e não se consegue essa efetivação em sua amplitude de forma universal (Entrevistada 7).

As entrevistadas deram justificativas diversas: a entrevistada 1 justificou sua prática pelo Código de Ética, enquanto que entrevista 2 justificou sua prática à formação continuada, a entrevistada 3 justificou pelo trabalhos que faz em rede, a entrevistada 4 disse que usa a teoria para fundamentar a prática, a entrevistada 5 disse que tudo que faz na sua vida profissional está voltado ao projeto ético político, a entrevistada 6 associa a questão do empoderamento e entrevistada 7 diz que teoricamente sim, mas que no cotidiano não.

Diante das respostas consideramos que falta mais conhecimento da relação entre prática profissional e o projeto ético-político, apenas a entrevistada 4 entende que a teoria fundamenta a prática, que consideramos importante para a prática profissional pautada numa dimensão histórico-crítica da sociedade. Além disso, ficou aparente a falta de compreensão da totalidade da diretriz do projeto profissional.

Também consideramos que as respostas foram poucas ou em nenhum momento problematizadas por uma perspectiva crítica acerca das limitações postas pelas regulações das políticas sociais pela ordem vigente, especificamente na Assistência Social, fato que pode impossibilitar o atendimento aos requisitos das diretrizes do projeto profissional. Apenas na resposta de três assistentes sociais aparece a reflexão dos limites institucionais que impedem sua completa atuação dentro das diretrizes do projeto profissional.

Quadro 3: Valores centrais do Projeto Ético-político

Assistentes Sociais	Respostas
1	Ética e conhecimento como centrais
2	Liberdade e Emancipação
3	Liberdade e Equidade
4	Liberdade, autonomia, emancipação, justiça e empoderamento
5	Liberdade, Equidade
6	Liberdade
7	Dignidade, Cidadania, Autonomia e ausência de preconceitos

Fonte: Pesquisa direta realizada junto às assistentes sociais dos CRAS do DF

A cerca dos Valores Centrais do Projeto Ético-político, justificando as respostas presentes no quadro acima, as entrevistadas destacam:

[...] se a gente não tiver esse preparo, esse conhecimento mínimo, a gente não consegue desenvolver o nosso trabalho. Pelo menos a gente não consegue atingir o objetivo do nosso trabalho (entrevistada 1).

Para que o usuário seja o dono da vida dele de fato, sem paternalização do profissional querendo controlar a vida dele, o usuário tem que ser dono da vida dele, buscar a emancipação. (entrevistada 2).

Para mim a liberdade é o princípio mais forte que existe assim, dentro do projeto ético-político (entrevistada 3)

Até mesmo para pessoas que não compactuam a teoria hegemônica, mas que se apropriam desses valores na sua prática profissional, sejam aqueles que trabalham com a teoria social crítica, ou aqueles trabalhadores que trabalham com outras teorias mas que se baseiam nesses valores. Por isso eu acho que eles são tão essenciais (entrevistada 4).

Eu acho que é um dos valores mais explícitos no projeto ético político (entrevistada 5).

Apenas reforçam o que citam acima como valor central (entrevistada 6 e 7).

Das 7 entrevistadas, 5 apresentam a Liberdade como valor central, o que cabe observar que ainda assim, outros elementos constitutivos do projeto ético-político são apresentados como Valor Central.

Igualdade, Democracia, Pluralismo são valores que não são citados pelas entrevistadas e que são constitutivos da direção dada pelo Projeto Ético-político. Por outro lado, aparecem valores constitutivos e ideologicamente constituídos da ordem burguesa como justiça, empoderamento e equidade.

[...] Identidades estão vinculadas a valores e princípios muito claros, que se reconhecem através de conceitos os mais diversos [...] elementos constitutivos e os princípios que norteiam o projeto ético-político, mencionamos a questão da Igualdade, liberdade, da democracia, do pluralismo, da recusa da sociedade do capital, das lutas políticas contra ela e suas iniquidades, etc (Teixeira e Braz, 2009).

Destacamos no quadro abaixo o porquê dos Valores Centrais declarados pelas Assistentes Sociais serem considerados importantes para elas.

Quadro 04: Importância do Valor Central

Assistente Social	Esse valor é importante? Por quê?
1	“Sim, sem isso a gente não consegue atingir o nosso objetivo”
2	“Sim, principalmente por trabalhar diretamente com o público, para deixar o usuário buscar sua emancipação”
3	“É fundamental, a base sobre o qual se constrói todos os encaminhamentos da vida prática”
4	“Sem dúvida, se a gente não tem um objetivo e um norteador, a nossa prática é vazia, ela acaba em si”
5	“Sim, principalmente aqui dentro da política de assistência (...) os objetivos da política se confundem com o objetivos da profissão”
6	“Sem dúvida (...) De que lado nós estamos do lado do trabalhador, é o lado da luta, contra a exploração, contra a dominação, contra a discriminação, então a liberdade é isso, é deixar também a pessoa no sentido mais amplo, ela decidir sobre o próprio destino.
7	“Sim, pois os valores que citei são de grande relevância e importância para minha prática, pois o trabalho que desenvolvo como Assistente Social deve estar permeado por todos eles para garantia de um atendimento de qualidade para os usuários”

Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Todas as Assistentes Sociais consideram importante os valores centrais que definiram na resposta anterior dando diferentes justificativas de sua importância das quais destacamos:

É um norteador, sem o qual a prática fica esvaziada e acaba em si (entrevistada 4).

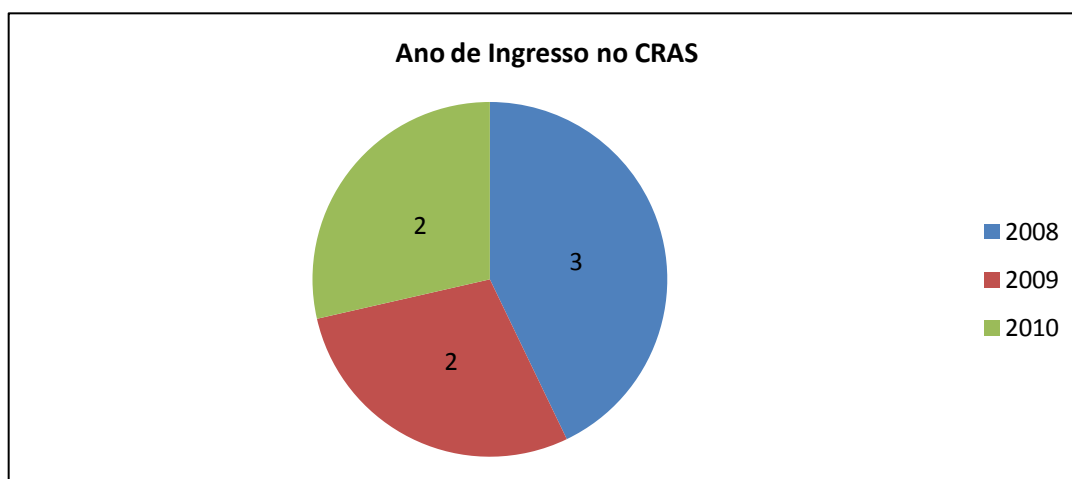
Nosso trabalho deve estar permeado pelos valores que citei para garantia de um atendimento de qualidade (entrevistada 7)

Consideramos que algumas falas ainda estão permeadas por concepções que deveriam estar superadas diante da direção dada pelo Projeto Ético-político, como a concepção de Emancipação, que diante de uma concepção crítica não se dará pela prática de políticas como da Assistência Social . Para Iamamoto e Carvalho (2007)

No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes, pode orientar sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se do lado de suas propostas e objetivos (Iamamoto & Carvalho 2007, p. 95).

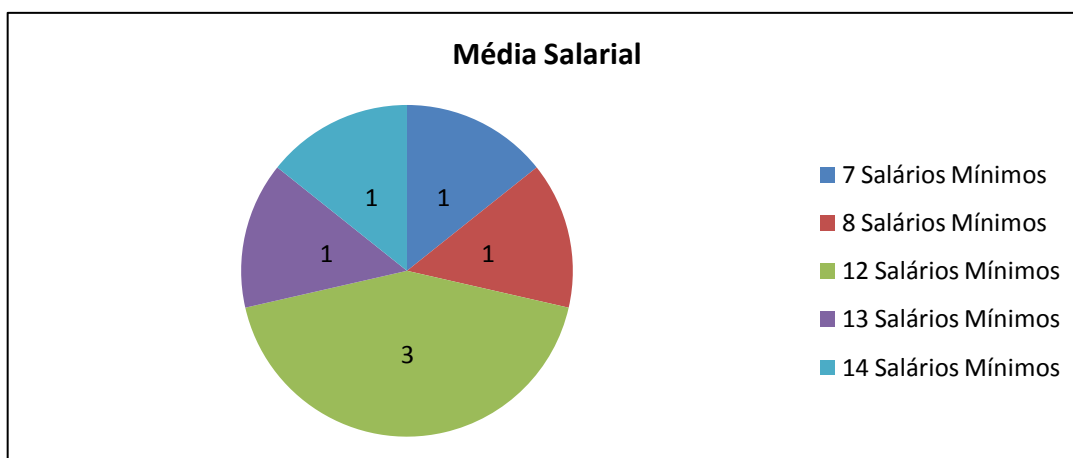
Adentrando especificamente sobre a prática profissional, das assistentes sociais entrevistadas, todas são concursadas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal e atuam nos CRAS das regiões administrativas Riacho Fundo II, Candangolândia, Recanto das Emas, Taguatinga Norte e Samambaia Expansão.

Gráfico 04: Ano de ingresso nas instituições pelas profissionais



Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Gráfico 05: Média salarial das profissionais



Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

No gráfico 4 apresentamos o ano de ingresso das Assistentes Sociais nos CRAS: 3 ingressaram no ano de 2008, 2 ingressaram em 2009, 2 ingressaram em 2010. Todas aprovadas em concurso público.

No gráfico 5 apresentamos a média salarial das Assistentes Sociais: 3 recebem média de 12 salários mínimos, 1 recebe 13 salários mínimos, 1 recebe 14 salários mínimos, 1 recebe 8 salários mínimos e 1 recebe 7 salários mínimos. A diferença salarial se dá porque algumas estão em cargos comissionados ou de Coordenação dos CRAS.

Quando perguntadas se consideram que nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro avançou enquanto profissão, justificando suas respostas, responderam:

Com certeza, acho que em grande parte pelo crescimento da própria assistência social que na última década, cresceu consideravelmente, surgiu praticamente na última década. E então acho que o serviço social veio crescendo junto com isso, principalmente por isso. Não só por isso, mas principalmente pelo crescimento da política de assistência social e aí a gente acabou tendo um pouco mais de possibilidade por conta do crescimento da política (Entrevistada 2).

Eu acho que sim. Eu acho que o serviço social tem avançado muito principalmente no sentido de reconhecimento como profissão. Eu acho que ainda temos muitas questões a serem conquistadas, muitas situações a serem discutidas, mas eu acho que o serviço social hoje ele é mais reconhecido, o profissional, o curso, a formação profissional hoje, a gente está se preocupando mais com isso, com a qualidade dos nossos cursos, com a formação dos nossos colegas assistentes sociais. E eu acho que até nas publicações bibliográficas de serviço social hoje a gente tem um rol de publicações falando sobre temas diversos que antes não se tínhamos, então eu acho que isso também é um avanço. Mas eu também acho que esses

avanços vêm com alguns grandes desafios, porque de certa forma eu acho que existem ainda alguns desvirtuamentos do nosso projeto ético-político, por isso eu acho extremamente importante a gente está discutindo essa questão agora. Porque eu acho que esses avanços, e não digo que são só avanços neoliberais, mas eu acho que são avanços que a ignorância, a falta de senso crítico dentro do nosso espaço sócio-ocupacional e essa massificação da formação, essa massificação de publicações às vezes vazias, acabam deturpando também o sentido real da nossa profissão. Mas eu vejo que hoje os espaços públicos reconhecem mais o valor do assistente social, hoje a gente tem assistentes sociais ganhando espaço em vários lugares, várias profissões, vários campos, como por exemplo, no sócio-jurídico, hoje grande parte deles tem assistentes sociais como assistentes em sessões e varas psicossociais, dentro da política de assistência social, hoje, por exemplo no DF, o reconhecimento da profissão, a gente vê a grande maioria dos cargos de gestão, de planejamento da política são para assistentes sociais, essas cadeiras ainda são de assistentes sociais. Por isso eu acho que a gente deve continuar brigando pra manter esse espaço de diálogo, de discussão, de enfrentamento, para que a gente não perca esse caminho de avanços (Entrevistada 4).

[...] Então é algo que tem sido reconstruído e eu acho que da reconceituação do serviço social pra agora a gente tem um patamar de atuação completamente diferente, numa roupagem diferente de direitos, né? E até por isso a construção do projeto ético político culminou com essa reconceituação do serviço social. Então a gente, eu vejo que a profissão em pouco tempo ela deu upgrade assim, ela aumentou muito essa questão de valorização dos profissionais, a questão de especificidade da profissão. Que isso não era visto, era visto como algo que qualquer pessoa podia fazer, né? Então a gente tem uma qualificação muito maior desse profissional e uma gama de diversidades agora de atuação dos profissionais (Entrevistada 5).

O serviço social ele avançou, você lembra do conservadorismo, né? Olha só, eu falei da década de 70, de 80 e de 90. O serviço social ele veio construindo esse projeto e ainda está aberto, no sentido de que ele ainda tem que dialogar muito nesse sentido, (...). Se falar em consolidação do projeto ético-político existe no sentido de que ele realmente tem muito claro qual é a perspectiva, qual é o objetivo a ser atingido, dos valores éticos centrais (Entrevistada 6).

Sim. Porque é cada vez mais reconhecida a profissão, tanto em órgãos públicos, quanto privados. Eu acredito sim que existe uma demanda crescente por esse profissional (Entrevistada 7).

A entrevistada 2 diz que o avanço da profissão se deve ao desenvolvimento da política da assistência social, e que neste caso apresenta um espaço de trabalho das assistentes sociais, nesse sentido entendemos que uma não corresponde a outra, uma vez que Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e Assistência Social é uma Política, ou seja, essa base de fundamentação é contraditória.

já entrevistada a 4 afirma que se têm avanços na preocupação da qualidade da formação profissional (aqui vale ressaltar o importante papel político que é a articulação político-organizativas que fazem a organização profissional através de instituições como CFESS, CRESS e ABEPSS e ENESSO). Barroco (2010, p 168) corrobora “A formação profissional recebe novos direcionamentos, passando a contar com um currículo exclusivamente orientado

para a formação crítica e comprometida com as classes subalternas”, das produções bibliográficas (dimensão investigativa na profissão que dá sustentabilidade as diversas modalidades práticas da profissão), aumento dos profissionais na função de gestão e planejamento das políticas sociais, mas também considera que não há um entendimento muito claro sobre o projeto ético-político, e falta de senso crítico por alguns profissionais,

a entrevistada 5 e 6 consideraram o avanço em relação a caminhada histórica desde o movimento de reconceitualização até a construção do projeto ético-político como positiva; entrevistada 6 destaca o reconhecimento da profissão em órgãos públicos e privados como positivos frente as demandas profissionais.

Diante das respostas verificamos que as entrevistadas demonstram sim reconhecer as diferentes dimensões que vêm avançando a profissão nos últimos anos.

Quando perguntadas qual a sua concepção sobre os avanços da profissão nos últimos tempos, as assistentes sociais responderam que:

[...] conseguiu delimitar alguns espaços, que se conseguiu mostrar trabalho dos assistentes sociais e enfim, acho que isso é fruto de um amadurecimento que não veio gratuitamente, ele veio a duras penas e que foi um processo que agora se está começando a colher os frutos, que há muito a ser feito ainda, mas que também já se fez grandes conquistas (Entrevistada 1).

[...] se ganhou mais visibilidade com as políticas, que se atua não só na política de assistência social, o serviço social é muito mais amplo do que a política em si. “Portanto a gente pode até ver o aumento dos cursos de serviço social que a gente tem hoje, eu lembro que quando eu formei em 2007 tinha a UnB, só a UnB e estava começando a Católica e hoje em dia a gente tem várias outras e aí assim esse aumento de mercado também de serviço social. Só acho que a gente tem que se preocupar com a qualidade disso, onde os profissionais estão trabalhando, como os profissionais estão sendo formados e mais é uma outra luta aí que a gente tem, mas o crescimento foi positivo sim (Entrevistada 2).

[...] o serviço social deixou de trabalhar de forma funcionalista, digamos assim, que as coisas, os seres, e o mundo não é como um relógio, por exemplo. As pessoas não tem que se encaixar na realidade, as peças não tem que se encaixar, não existem pessoas desajustadas, existem questões que envolvem essas pessoas e existe uma realidade que não é estática, uma realidade dinâmica, (...) O avanço é que o assistente social sabe avaliar o contexto, ele sabe entender que a realidade é complexa, ele sabe entender que o indivíduo não tem que se encaixar na sociedade, que o indivíduo tem capacidade de transformar essa realidade que ele vive, e que ele não vai necessariamente transformar sozinho, que ele pode se associar a outros pares que enfrentam a mesma problemática para realmente transformar essa realidade com a qual ele se depara (Entrevistada 3).

(...) vejo por mim, que é estarmos em constante capacitação, em constante construção teórica, em constante discussão e eu acho que isso dificulta muito quando a gente se afasta da universidade, ou enfim, do campo acadêmico, porque a realidade nos consome, a prática profissional nos exige demais (...) A gente tem muito ainda seminários, conferências, mas eu acho que ainda falta, eu acho que não é ainda suficiente para toda a demanda que tem hoje

na ponta, precisa, sabe? É como se a gente saísse da universidade com a missão de propagar e executar, e desempenhar o nosso projeto ético-político pelo mundo, e agente vai se esbarrando com várias dificuldades, a gente vai avançando, conquistando novos espaços e vão aparecendo novas demandas. (...) (Entrevistada 4).

Eu acho que um grande marco e um grande avanço é essa questão que envolve o projeto ético político no sentido de você separar a sua atuação das demais pressões que esse profissional sofre. Então o principal avanço, acho que tem a ver com essa postura do serviço social com um contexto diferente independente do que o rodeia [...] (Entrevistada 5).

Houveram avanços em relação aos espaços conquistados, mas que existe também perda de mercado do assistente social acredita que está ligado a questão do projeto ético-político, “não considero que isso seja um mal nosso, um defeito nosso, mas é porque se torna mais difícil manipular uma pessoa que é tão crítica socialmente, né? Para o capitalismo, nós representamos muitas vezes uma afronta . (...) Então assim não adianta a gente fugir, eu faço essa crítica ao serviço social, mas também eu tenho claro que se não fosse o serviço social a coisa estaria muito pior, porque muito já se ganhou com intermédio da assistente social em todas as políticas, é o profissional chave que consegue fazer a melhor mediação seja na saúde, quando ele tem muito claro o projeto dele, porque aquele que se formou só para ganhar o mercado de trabalho, porque é uma profissão em alta o serviço social, concursos públicos bombam, e acho até que a gente perdeu um pouco de espaço por conta das 30h, mas isso não tem problema não, a gente perde em uma coisa e ganha na outra, é assim mesmo (Entrevistada 6).

[...] um dos avanços conquistados foi a redução da carga horária de 40 horas para 30 horas, sem redução salarial. “No nosso caso da SEDEST, não conseguimos esse avanço porque alegaram que 40 horas é opção e que a carreira já garante as 30 horas, porém há redução salarial caso eu decida reduzir para 30 horas, acho que é contraditória a decisão da SEDEST (Entrevistada 7).

Observamos que a concepção de avanço na fala das entrevistadas está mais voltada para a conquista e reconhecimento do mercado de trabalho, como declara a fala das entrevistadas, 1, 2, 6 e 7; as entrevistadas 3, 4 e 5 chegam a problematizar suas concepções mais no campo da concepção teórica, e do Projeto Ético-político. A entrevistada 4 demonstra a necessidade de constante formação e considera os espaços de discussão e formação como fóruns e conferências esses espaços que propiciam a formação profissional frente as novas demandas que surge, mas ainda considera que ainda é preciso mais espaços como esses após a formação.

Depois de observarmos a concepção de avanço nas falas das entrevistadas, buscamos interrogá-las se consideram que existem limitações em suas práticas profissionais nas instituições as quais estão inseridas, e obtivemos as respostas ilustradas abaixo:

Quadro 05: Limitações das práticas profissionais na instituição.

Assistentes Sociais	Limitações das práticas profissionais na instituição
----------------------------	---

1	[...] eu não tenho encontrado grandes empecilhos, sim claro... existem, mas eles estão além da questão profissional. Ai já é uma questão social, política, já é uma questão mais ampla.
2	Estrutura física (sala de atendimento individual, de grupo), recursos humanos (pouco assistentes sociais para a demanda).
3	Falta de pessoal (pouco assistente social para a demanda) dificulta o trabalho em equipe.
4	Estrutura física, falta de pessoal.
5	[...] Trabalhar na política de assistência pro assistente social a gente tem um status profissional muito grande aqui dentro. Até por ser o profissional de foco da política, né? Então a gente tem uma liberdade metodológica gigantesca.
6	Existe, porque nem tudo que é planejado, aliás, nós não somos donos dos meios de produção, por exemplo, o usuário chora chora chora pra nós, se a legislação disser que não enquadra uma determinada situação social, socioeconômica não enquadra, por exemplo, a renda do usuário, nós trabalhamos muito com renda per capita na questão da transferência de renda, se ela disser que o usuário que ganha mais que meio salário mínimo não enquadra, nós temos que cumprir.
7	[...] sim pois a grande demanda de atendimentos pontuais, não garante o acompanhamento sistemático do público prioritário. Além disso, o sigilo profissional é prejudicado devido a estrutura física existente na Unidade que trabalho. O espaço físico para reuniões também é um fator limitante pois é muito reduzido para realizado do trabalho com famílias. Não existe um espaço onde os filhos possam ficar enquanto os pais participam dos grupos e oficinas.

Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

As respostas das entrevistadas foram diferentes em alguns aspectos, dentre as quais a entrevistada 1 declarou não ter limitações profissionais, e que as limitações que existem são no campo da política ou num campo mais amplo, a entrevistada 5 considera que por trabalhar na política de Assistência Social e ser o profissional Assistente Social foco dessa política possui total liberdade metodológica. Já as entrevistadas 2, 3, 4 e 7 declararam suas limitações em relação a estrutura física, pois não possuem salas adequadas ao tipo de atendimento realizado, também declararam a carência de assistentes sociais nas equipes como limitadores de sua atuação profissional, pois ficam sobrecarregados de atividades, sem muitas vezes fazer o atendimento adequado as suas demandas. A entrevistada 6 atribui a limitação a legislação, que segundo ela restringe sua autonomia profissional.

Acerca da prática profissional interrogamos se consideram ter autonomia na sua prática profissional dentro da instituição e obtivemos as respostas descritas e que apresentam diferentes falas:

Sim, como eu já coloquei antes [...] profissionalmente eu não tenho grande empecilhos, e o grande desafio é buscar estratégias, pra trabalhar com as adversidades [...] (Entrevistada 1).

Com certeza. Acho que é um dos lugares que a gente tem mais autonomia para trabalhar é dentro da política de assistência mesmo porque a gente precisa dessa autonomia, né? [...] Porque cada CRAS fica em uma região diferente da outra, se todo mundo fosse agir da mesma forma a gente não ia conseguir trabalhar. Então eu acho que a gente tem sim essa autonomia e ela é necessária para que a política de assistência social caminhe, se não ela fica estagnada (Entrevistada 2).

[...] Eu acho que na instituição que eu trabalho, eu costumo até discutir isso com alguns colegas, que a gente tem a vantagem que o profissional de serviço social nessa política ele acaba sendo um profissional pivô. É... eu, agora vou falar por mim, não pela categoria, mas eu me considero uma profissional valorizada, porque a minha opinião técnica ela é valorizada na instituição, como coordenadora hoje é muito. No sentido de que a gente é considerada gestor da unidade, é uma responsabilidade, e um dos motivos de a gente ser gestor é pelo fato de ser confiada a gente a responsabilidade não só pela gestão da unidade, mas pela articulação com a rede local. Então eu entendo isso como uma valorização do profissional. Eu entendo, eu considero que o assistente social é valorizado também no CRAS porque mesmo quando eu estava fora do cargo de coordenadora, todas as ações da unidade passavam, todas ou quase todas, passavam pelo parecer do assistente social. Então assim, isso pra mim é importante, poder ser consultada quando a unidade vai tomar uma determinada diretriz, quando vai planejar uma ação [...] (Entrevistada 3).

É uma autonomia relativa, porque eu tenho autonomia enquanto técnica pra decidir sobre a metodologia ou sobre quais instrumentais que eu quero utilizar, mas a gente não tem autonomia pra tomar certas decisões, a gente não tem autonomia pra gerir certas situações voltadas pra política, que ficam hierarquicamente, verticalmente decididas. Então na maioria das vezes a gente já recebe uma orientação ou uma diretriz de cima para baixo e que muitas vezes nós não somos nem questionados sobre o que acontece, como é que está a realidade pra nós, então eu acho que o que mais fere nossa autonomia profissional hoje é isso. É essa verticalização das decisões, as decisões que são feitas em âmbito político no sentido de governo e não trazem essa discussão para as especialistas, para as técnicas assistentes sociais (Entrevistada 4).

[...] eu tenho duas coisas aqui. Porque como eu sou coordenadora da unidade, e enquanto apenas especialista no atendimento eu tenho uma liberdade, uma autonomia muito maior. Mas pensando enquanto gestão, aqui no Distrito Federal o CRAS não tem, não é o CRAS do município que tem toda gestão de tudo ali, a gente fica muito condicionado a questão da Secretaria, porque em Brasília tudo fica centrado na Secretaria. Então de alguns programas que a gente não acessa que a gente tem que passar recurso, tem que passar informação, né? A gente mesmo que preenche esse questionário para o MDS. Então a gente ainda tem algumas limitações por

conta de que são 27 CRAS no Distrito Federal e apesar de a gente tem um coordenador em cada CRAS, a gente está subordinada a uma diretoria, uma coordenação, uma subsecretaria. E eu não digo que a gente não tenha uma autonomia, mas é uma autonomia que tem uma série de outros parênteses de coisas a serem seguidas (Entrevistada 5).

Sim, existem possibilidades e limites, né? Com relação as possibilidades, por exemplo, eu sou uma pessoa que eu costumo sempre defender a minha autonomia, buscar minha autonomia, abrir mais espaço pra atuação do serviço social, eu gosto muito de negociar os meus planejamentos, é a forma que eu encontro de, eu entendo como uma possibilidade dependendo da chefia, se a chefia é mais ou menos democrática, não aceita a nossa participação, ela não considera as nossas opiniões, as nossas sugestões, [...] (Entrevistada 6).

Acho que sim... Porque podemos ter a opção de escolher qual a metodologia e abordagem conceitual de trabalho que iremos utilizar no trabalho social com as famílias (Entrevistada 7).

As entrevistadas 1 e 2 consideram ter autonomia ou porque criam estratégias para seu fazer profissional ou porque a política de Assistência possibilita isso, uma vez que se apresenta de forma descentralizada. A entrevistada 3 diz ter sua opinião técnica valorizada, até pelo fato de também coordenar a instituição, pois todas ações passam pelo parecer do assistente social.

A entrevistada 4 diz ter autonomia para quais instrumentais e metodologia vai usar, mas no que diz respeito a política, não é consultada, pois a mesma é verticalizada. A entrevistada 5 também considera ter autonomia enquanto coordenadora da instituição, mas em relação a política considera centralizada.

A entrevistada 6 diz que busca forjar sua autonomia profissional que dependendo da coordenação, pode ou não ser bem sucedida. A entrevistada 7 também considera ter autonomia acerca da metodologia e conceitos que trabalha.

E relação as teorias que as assistentes sociais consideram como as que referenciam a sua prática profissional, obtivemos as respostas apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 06: Teorias como Referencia da prática profissional

Assistentes sociais	Teoria de Referência da prática profissional
1	Yolanda Guerra, Faleiros, Iamamoto
2	Iamamoto, José Paulo Netto e Marx
3	Teoria Marxista
4	Teoria Social Crítica
5	Teoria Marxista
6	Marxismo, José Paulo Netto, Elizabeth B. Safiotti, Iamamoto, Yasbek
7	“Hoje não tenho muita clareza de qual é a mais referenciada na minha prática. Dentro das diretrizes da Política que trabalho acredito que

Diante das respostas das entrevistadas observamos que todas as entrevistadas se referem a teorias ou bibliografias de vertentes social-crítica que subsidiam sua prática profissional no Serviço Social acrescentamos que no decorrer de sua constituição histórica e que foi tratada neste trabalho no capítulo I, ou seja: a matriz positivista (que traduz a apreensão imediata do ser social), a vertente inspirada na fenomenologia (uma metodologia dialógica e uma visão de pessoa comunidade) e a vertente marxista (que data sua última aproximação com a profissão no início dos anos 80), e apreende o ser social a partir de mediações, e que na contemporaneidade é hegemônica no Serviço Social.

Também aparece na fala da entrevistada 5 que vale de outras teorias, como a fenomenologia, na sua prática profissional:

“[...] a teoria Marxista você não tem como sair disso no serviço social. Só que em muitas vezes a gente tem que se valer um pouquinho de outras ferramentas das outras teorias. [...] em alguns momentos eu falo com a fenomenologia é algo que tá muito forte quando você atende famílias que você, que a política estabelece que você tem que fazer grupo com famílias e uma série de coisas, que não é da nossa formação, [...] lógico que a teoria Marxista é a base para tudo, mas tem horas que a gente tem que se valer de outros recursos, às vezes até de um recurso que não seja do próprio serviço social pra conseguir chegar nesse alcance de trabalhar grupo, de trabalhar a questão coletiva”.

Identificamos na fala da entrevistada 7 a falta de clareza de qual teoria pode referenciar sua prática:

“[...] Na Universidade estudei três teorias: marxista, funcionalista e fenomenologia. Hoje não tenho muita clareza de qual é a mais referenciada na minha prática. Tenho dificuldade em definir qual a que eu utilizo. Dentro das diretrizes da Política que trabalho acredito que seja a marxista, porque busca a transformação da realidade, da busca pela autonomia”.

Acerca do questionamento se existe relação entre a Política de Assistência Social e o Projeto Ético-político da profissão, as profissionais consideram que:

Se a gente pensar da pra fazer uma analogia. É... porque o objetivo é empoderar os sujeitos, é buscar que eles tenham uma certa autonomia, então eu acho que esses pontos eles são comuns sim (Entrevistada 1).

Sim, porque acho que os dois têm a mesma base sim, o mesmo norte. Que é buscar a emancipação do sujeito, né? Dar liberdade para o sujeito ir buscar essa emancipação, então acho que é assim (Entrevistada 2).

Existe sim, porque a política de assistência social ela trabalha com a matricialidade sócio-familiar, então assim, a gente trabalha procurando ter uma visão integral da família, um atendimento integral pra família, a gente trabalha na perspectiva de autonomia dessa família. Na perspectiva de fortalecimento da rede, da rede de serviços né. Da gestão dos serviços socioassistenciais ofertados no território. O fato de você trabalhar em rede

mais ainda, porque a assistência social não acha que é um fim em si mesma, ela entende que atende uma demanda, mas que essa demanda não é suficiente se não for articulada com outros órgãos que entendem aos direitos dessa família. O fato de existir uma conferência regional, distrital e nacional de assistência social, possibilitando a participação dos trabalhadores, dos usuários e das instituições de assistência social, do governo, tem ligação direta com o projeto ético-político porque respeita a autonomia do usuário, a oportunidade dele falar o que que ele espera dessa política, a liberdade dele poder chegar lá na frente na política nacional e poder falar o que ele pensa e o que ele tá passando lá na cidade dele, no interior do país, lá nas cidades mais distantes do centro. Então eu entendo sim que existe uma relação muito forte entre a política de assistência social e o projeto ético-político da profissão (Entrevistada 3).

Sim. Eu acredito que sim, até porque eu acho que essa relação de assistência social e a profissão de serviço social é antiga. Eu acho que tanto a política de assistência social é muito fruto da construção teórica do serviço social, da luta profissional do serviço social e a política bebe muito da nossa fonte, na fonte do serviço social, na bibliografia do serviço social, os grandes autores de política de assistência social também tem relação ou são assistentes sociais e eu acho que essa relação que se estabeleceu dentro da política hoje ela existe sim. E logicamente com o projeto ético-político. Eu vejo que hoje a política de assistência social caminha talvez por esse sistema, pela orientação política, pelo neoliberalismo, ou por várias questões, enfim, eu vejo que a política de assistência social na prática hoje se afasta um pouco do projeto ético-político do serviço social, se afasta no sentido de priorizar menos os valores. Acho que a gente trabalha menos os valores de autonomia, de empoderamento. Eu acho que hoje a gente trabalha muito, ainda estamos tentando todo dia, todo dia tentando romper com vícios assistencialistas, com vícios paternalistas que acho que essa é nossa grande dificuldade, de amarrar bem o nosso projeto ético-político a política de assistência social (Entrevistada 4).

Sim, porque como eu falei que a política se casa muito com a história da própria profissão, então a gente tem isso muito atrelado. A gente tem concepções que estão dentro do nosso projeto ético político, estão estabelecidas como uma diretriz pro nosso trabalho e que também é uma diretriz da política, então ela tem muitas coisas que são, eu falo até que parece que copiou e colou do projeto ético político da profissão. Tá lá escrezinho do mesmo jeitinho (Entrevistada 5).

Eu acredito que sim porque a Política de assistência social busca na verdade garantir autonomia e garantia dos direitos sociais aos usuários através do empoderamento e do protagonismo dos mesmos, através de reflexões da realidade que podem ser transformadas através da busca de ações que superem as dificuldades e essas ações acontecem entre a dinâmica entre o usuário e outras instâncias de espaço e poder (Entrevistada 7).

As entrevistadas fazem a relação entre a Assistência Social e o Projeto Ético-político numa concepção de valores como na fala das entrevistadas 1 e 2, no sentido de empoderamento, autonomia, emancipação, liberdade. A entrevistada 3 também relata a autonomia, liberdade e a matricialidade familiar na Assistência como uma ponte de interligação com o Projeto ético-político. A entrevistada 4 ao mesmo tempo que considera que houve uma aproximação intrínseca entre Assistência Social e o projeto ético-político desde o

surgimento da profissão, também, considera que na contemporaneidade isso está diferente por estar mais aliada a política neoliberal e deixando de valorizar a autonomia e liberdade. A entrevistada 5 acredita que a as diretrizes tanto do Serviço social como da Assistência Social têm uma mesma direção. A entrevistada 7 considera também a relação entre Serviço Social e Assistência social pelo viés da autonomia, do empoderamento e do protagonismo, aqui reafirmamos a diferença entre Serviço Social profissão e Assistência Social como Política, portanto não é a mesma coisa, como aparece na fala da entrevistada 7.

Quando perguntamos sobre as demandas mais recorrentes à prática profissional nos CRAS os profissionais deram destaques ou pontuaram o que representamos no quadro abaixo:

Quadro 07: Demandas mais recorrentes à prática profissional

Assistente Social	Demandas mais recorrentes
1	Auxílio, Benefício
2	Benefício Eventual, visita domiciliar
3	Benefício Eventual, Bolsa Família, Auxílio Vulnerabilidade, Auxílio Natalidade, Auxílio por morte, Cesta Emergencial
4	Trabalho com famílias, adolescentes para ressocialização encaminhados pelo Conselho Tutelar, álcool, drogas, gravidez na adolescência, criminalidade
5	Dificuldade de alimentação, ligadas à saúde ou mercado de trabalho.
6	Transferência de Renda, Pobreza e extrema pobreza
7	Benefícios eventuais, Vulnerabilidade Temporária, Inclusão de filhos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares

Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Nesse sentido perguntamos como os profissionais avaliam a política da Assistência Social frente as demandas do CRAS, as profissionais declararam:

Eu acredito que com os recursos que nós temos hoje, com a estrutura que nós temos, a gente consegue fazer a frente a política em si. O que nós talvez não consegue alcançar a todos (...). Acho que ainda falta ampliar mais em termos de estrutura mesmo. Mas em termos da política a gente consegue sim fazer frente a isso (Entrevistada 1).

Eu acho que a gente tem uma demanda muito grande assim, né. Que acaba que a política é muito boa, muito bem escrita e tudo, só que a gente precisaria atender um público menor para que a gente conseguisse colocar ela em prática da forma que ela deveria ser. Porque acaba que o assistente social tem que acompanhar 100 famílias, então fica complicado para a gente acompanhar como deveria pela política, (...) se a gente tivesse uma demanda menor do que a gente tem, eu acho que a gente conseguiria fazer uma política melhor, mais bem feita, mais bonitinha como está preconizado mesmo na PNAS (Entrevista 2).

Eu avalio que a política de assistência social não está pronta, que ela está ainda se estabelecendo. É uma política que é nova, ela tem 10 anos só. E que a gente está trabalhando para que ela se fortaleça a cada dia, eu acredito sinceramente na política de assistência social porque eu entendo que essa maneira de trabalhar, essa maneira de trabalhar com a família, de priorizar aqueles que são mais vulneráveis em relação a outros, (...). Não acho que está ótimo, mas também não esperava que já estivesse excelente agora, porque eu entendo que é uma política nova (Entrevistada 3).

[...] eu acho que a gente tem uma política de assistência social escrita, posta excelente. A gente tem avanços em questões de concepção de família, acho que a gente tá tendo em vista do que a gente tinha antes um avanço muito grande nesse sentido. Mas eu acho que ainda é pouco concreto. Eu acho que nós temos poucos instrumentos pra concretizar essa política, para o exercício da cidadania, eu acho que hoje a gente tem poucos recursos pra fazer com que a política de assistência social seja de fato reconhecida como direito, porque ainda não é um direito, assim, é um direito estabelecido, mas o próprio Estado, órgãos, equipamentos públicos não entendem a assistência social como um direito e aí hoje a gente vive como um depósito de demandas que ninguém consegue resolver. A assistência social recebe todos os tipos de demanda que a saúde não dá conta, que a Secretaria da Criança não dá conta, que de previdência não dá conta, que direito trabalhista não dá conta, então a gente está o tempo inteiro lidando com situações que outras políticas públicas não resolvem, e eu acho que a assistência social como política pública tem a dificuldade de se erguer, de se manter forte, de continuar atuando, porque ela está sempre tapando buraco de outras políticas. E eu acho que esse é um dos maiores problemas que a gente enfrenta aqui para atender as nossas demandas, porque às vezes falta pro nosso público aquilo que nós deveríamos estar oferecendo a ele porque nós estamos tentando, oferecendo, na maioria das vezes, para o público de outras políticas públicas que deveriam estar planejando e atuando dentro dos seus limites (Entrevistada 4).

[...] Bom, eu acho que um grande desafio que a gente tem, porque as demandas elas não são especificamente para a política de assistência, né. A política de assistência ela é mais um articulador das outras políticas frente a essas demandas. Então a grande dificuldade que a gente têm, apesar de a gente falar o tempo inteiro na questão da rede, é o trabalho em rede! Porque a gente pensa, por exemplo no bolsa família, mas a própria assistência tá tendo que custear cursos porque entende que estava tendo essa falta, (...) dentro dos objetivos está articular com a política tal, mas não significa que a gente tem isso pactuado. Então muitas vezes o programa e o que a gente faz não tem efetividade porque a gente não consegue essa pactuação e esse desenrolar com outras políticas (Entrevistada 5).

[...] a política de assistência social aqui em Brasília, trabalha na perspectiva de mínimos sociais. E essa é a diretriz da nossa política de assistência social, trabalhar com os mínimos, e são mínimos mesmo. Eu entendo que, por exemplo, uma família não sai da situação de pobreza com um benefício meramente do bolsa família, até porque ele é uma complementação de renda, mas se você olhar para o BPC, que é um benefício de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência social, que é outra referência nossa, né, ela vai falar dos auxílios, e nessa perspectiva tem o auxílio por morte, o auxílio natalidade, e aí tem o BPC que é o maior dos benefícios de transferência de renda [...] pra mim é um dos benefícios mais expressivos da assistência

social só que aí existem as questões ligadas a operacionalização do benefício (Entrevistada 6).

Eu acredito que o CRAS cumpre algumas diretrizes da política, principalmente em relação aos programas de transferência de renda, porém em relação ao trabalho preventivo, o mesmo ainda não conseguiu atingir seu objetivo que é evitar que os usuários entrem em situação de risco e/ou violação de direitos. Percebo que as famílias tem dificuldades de superar as situações de vulnerabilidade e/ou de situações de pobreza e de extrema pobreza (Entrevistada 7).

Todas as profissionais diante da pergunta respondem de forma convicta que a Política de Assistência Social não dá conta das demandas, e atribuem diferentes argumentos para justificar essa fissura – como na fala da entrevistada 1 que atribui à falta de estrutura; a entrevista 2 declara que a demanda de usuários é grande e que por isso a política não consegue atender; a entrevistada 3 atribui aos poucos recursos da Assistência Social e atendimento de demandas que não são específicas dessa política; a entrevistada 4 diz que a política é excelente, mas pouco concreta, pois recebe muitas demandas de outras políticas sociais o que faz com que não consiga atender todos esses usuários; a entrevistada 5 atribui a dificuldade de articular a rede socioassistencial e que muitas vezes as pactuações que deveriam existir com outras políticas, não conseguem ser realizadas; a entrevistada 6 fala que a política trabalha com os mínimos sociais que na realidade não fazem as famílias saírem da condição de pobreza, como exemplifica – o bolsa família; a entrevistada 7 atribui a dificuldade de fazer o trabalho de prevenção como por exemplo evitar que os usuários entrem em situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com as declarações acima observamos que a política de Assistência Social, assim como as demais políticas, como saúde, educação e previdência, não consegue cumprir efetivamente o que está posto nos regimentos e instrumentos que regulam cada política, o que consideramos que está articulado à uma abordagem mais abrangente da questão social, que se expressa de forma multifacetada na sociedade burguesa, e que tem diferentes determinações econômicas e sociais.

Nessa direção do debate perguntamos aos assistentes sociais onde elas localizavam a contribuição de sua prática profissional no CRAS onde atuavam, e responderam que:

Em tudo porque como eu falei, eu trabalho procurando fazer articulação de rede, procurando seguir o projeto ético-político da profissão até nas demandas com os próprios colegas mesmo, como coordenadora, e em momentos que é necessário fazer mediação, ou em reuniões de equipe, eu procuro respeitar a liberdade de expressão dos colegas quando eles colocam alguma coisa que poderia melhorar na unidade [...] (Entrevistada 3).

Eu acho que hoje a linha que eu busco seguir dentro da minha prática profissional, a contribuição que eu vejo, que eu consigo avaliar como mais positiva é a do conhecimento, a de trazer o conhecimento, esclarecimento, a noção de cidadania. Eu acho que a gente tenta hoje trabalhar questões, a gente fala de empoderamento, de autonomia, e eu acho que a gente ainda precisa voltar um pouquinho em concepções elementares de cidadania. E eu acho que essa contribuição que a gente mais tem conseguido fazer é no

sentido de mostrar que isso aqui é um direito, que o que tá posto isso não é um favor, e dizer, (...) esses esclarecimentos, essa consciência e esse viés que a gente dá para o trabalho, eu acho que é a melhor contribuição que a gente pode oferecer (Entrevistada 4).

Pensando que eu estou na coordenação, eu acho que eu tenho duas contribuições, a maior delas com certeza está nos atendimentos às famílias, eu acho que a melhor forma de contribuir é quando a gente consegue trabalhar e acompanhar de fato famílias, não fazer apenas um atendimento pontual, emergencial. Então eu acho que o maior êxito quando a gente consegue que seja um grupo de 5 famílias, de a gente conseguir de fato acompanhar essas 5, que vale mais do que se eu estivesse atendendo 20, 30 famílias. Acompanhar de verdade, conseguir dar suporte e instrumentos para essa família. E uma outra função que eu acho importante que é enquanto coordenação, que é a questão de envolver os profissionais para que eles fiquem a par dos instrumentais e das legislações que norteiam o trabalho deles (Entrevistada 5).

[...] É dentro do grupo, nós trabalhamos muito com o grupo que é onde a gente consegue dar o maior número de orientações e de informações sobre os programas, os projetos, os serviços e os benefícios da assistência social. (...) da autonomia, da ampliação dos direitos, né. Dos usuários, para a garantia dos direitos sociais, socioassistências, dos direitos humanos (...) (Entrevistada 6).

Eu acredito que a minha contribuição é de grande importância para o trabalho social com as famílias, tanto no trabalho individual quanto em relação ao trabalho em grupo. Hoje no CRAS todos os profissionais realizam atividades bastantes semelhantes, como solicitação de benefícios eventuais, realização de grupos entre outras. Acho que o diferencial se dá na visão que o assistente social vê os benefícios enquanto direitos garantidos em Lei e não como uma forma de dependência (Entrevistada 7).

A entrevistada 3 pontua que sua contribuição profissional é na articulação da rede articulada ao Projeto ético-político; a entrevistada 4 diz que é a noção de conhecimento e informação sobre a cidadania, informando que a política é um direito e não um favor; a entrevistada 5 diz que é fazer com que o atendimento das famílias não seja um atendimento pontual ou emergencial, mas sim um trabalho de acompanhamento da família; a entrevistada 6 diz que consegue contribuir nos trabalhos de grupos, dando orientações sobre programas, os projetos, os serviços e os benefícios da assistência social, a entrevistada 7 diz que sua contribuição está na forma de ver os benefícios enquanto direitos garantidos em lei e não uma forma de dependência.

As principais mediações profissionais (que não são as únicas) são portanto, as políticas sociais que, apesar de historicamente revelarem sua fragilidade e pouca efetividade no equacionamento das respostas requeridas pelo nível crescente de pobreza e desigualdade, tem sido a Cia por excelência para as classes subalternas terem acesso, mesmo que precários e insuficientes, aos serviços sociais públicos (Raichelis, 2009, p. 380)

Investigamos junto aos Assistentes Sociais quais as ações profissionais que consideram mais importantes para os usuários.

Quadro 08: Ações profissionais desenvolvidas no CRAS mais relevantes para os usuários

Assistente Social	Ações profissionais no CRAS mais relevantes para os usuários
1	Relatórios, pareceres, empoderamento
2	Acompanhamento familiar
3	Informações, escuta qualificada,
4	Programa agente de mobilização cidadã
5	Acompanhamento das famílias
6	Reflexão
7	Acho que é a inclusão no Cadastro único com objetivo de inclusão no Programa Bolsa Família... A solicitação de benefícios eventuais (auxílio vulnerabilidade, auxílio natalidade e outros, a seleção e encaminhamento de crianças e adolescentes para os serviços de convivência).

Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Todos pontuaram ações que estão regulamentadas dentro do que é ofertado na política de Assistência social, como o acompanhamento família, a inclusão no cadastro único, programa agente de mobilização cidadã, informações, auxílio vulnerabilidade e natalidade. Apenas a entrevistada 1 falou sobre relatórios e pareceres, que são competências privativas específicas quando versam questões do Serviço Social.

Apresentamos no quadro abaixo o que as entrevistadas consideram como instrumentos e normativas legais da profissão.

Quadro 09: Instrumento/normativas legais da profissão:

Assistente Social	Instrumento/normativas legais da profissão
1	Código de ética, lei de estágio, resoluções do CFESS
2	Código de Ética, lei orgânica
3	Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, normativas do CFESS e CRESS. Na assistência: LOAS, portarias e leis sobre serviços ofertados no DF
4	Lei de Regulamentação da profissão, Projeto ético-político, Código de Ética, publicações do CFESS e da ABEPSS
5	Código de ética, parâmetros de atuação de atuação dos assistentes sociais na assistência social
6	LOAS, Lei de diretrizes da profissão, Código de Ética
7	Código de Ética do Assistente Social, Lei de Regulamentação da Profissão e as Resoluções pertinentes à profissão do Assistente Social

Fonte: Pesquisa direta realizada junto as assistentes sociais dos CRAS do DF

Na resposta das entrevistadas aparecem os instrumentos que normatizam a profissão como: o código de ética (de 1993) que aparece em todas as respostas, também citam a lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662 de 07/06/96), lei de diretrizes curriculares da profissão (de 1996), e ainda são citados normativas do CFESS.

Diante das respostas à pergunta anterior instigamos os profissionais sobre como avaliam a influência desses instrumentos na profissão:

Essa questão ela é fundamental. somos poucos profissionais que temos essa preocupação, com a ética, e a gente precisa delimitar isso, isso tem que estar muito claro porque não da pra sair fazendo qualquer coisa, acho que a gente tem que ter um mínimo de regulação mesmo (...) Então eu vejo isso como um ganho na nossa profissão, um cuidado que não é comum a todas as outras (Entrevistada 1).

Acho que eles são nosso norte mesmo, nossa direção, nossa base, o que a gente, é onde a gente se firma para agir. É aí, no nosso código, na nossa lei orgânica, é onde a gente está firmado para agir, para saber até onde a gente pode ir, e a partir de onde a gente pode ir (Entrevistada 2).

Ela é onipresente essa influência, ela é inseparável, ela é diária. Claro que a gente não decora todos os artigos e todas as leis. Mas é uma coisa que a gente usa tanto que a gente sabe no dia-a-dia, e que a gente também consulta com frequência, sabe. Quando eu falo a gente, é uma coisa que é tão do dia-a-dia... eu, minha outra colega assistente social, que trabalha aqui na instituição, os outros colegas também têm essa prática, essa práxis, né? (...). E até nisso, até na parte do trabalho em equipe o código de ética profissional contribui porque como a gente entende que o nosso trabalho é sempre muito coletivo, em rede, em movimentos sociais, é como classe trabalhadora. (...) as normativas legais ela é onipresente, porque não da pra trabalhar sem essas normativas, sem esse fundamento teórico, legal e ético e político da profissão (Entrevistada 3).

(...) Eu acho que não existe atuação profissional, na prática profissional com usuários, com cidadãos, com os sujeitos, sem a apropriação desses instrumentais, desses instrumentos e essas normativas. Como eu falei, como o projeto ético-político, são o que diz quem somos como profissionais, que diz o que devemos fazer e onde fazer, e pra onde ir com isso. Então eu acho que lógico que é importante, eu acho ainda que como eu falei em alguma questão anterior, que às vezes eu sinto um esvaziamento sim da presença deles nas nossas atuações profissionais, e eu acho isso um desafio porque nós estamos muito acostumados a receber sempre orientações e diretrizes institucionais que vem já prontas, postas, estabelecidas, e aí a gente tem que fazer essa mediação dentro desse conflito pra poder se colocar, é o que diz o que eu estou aqui fazendo, é o que diz como eu devo proceder, quais valores eu tenho que priorizar e quais equívocos que eu devo evitar e o que eu devo atentar ou não descuidar. dá uma noção, uma base, um fundamento para a prática profissional (Entrevistada 4).

[...] esses instrumentos dão base para você de fato conhecer o que é seu, o que é seu objeto de trabalho. Eles te dão base para que você faça uma atuação correta partindo dos conhecimentos teóricos, porque a gente às vezes estuda tanta coisa, que na hora de a gente colocar em prática 'Ai meu Deus! A gente tem que lembrar de tudo isso' então eu acho que essas legislações

que existem elas dão um patamar direitinho do que você vai usar. Não existe isso de que na prática é diferente da teoria, o que acontece muito é que as pessoas não conseguem conciliar o conhecimento teórico na utilização prática. Ter um recurso metodológico mesmo (...). E essas legislações fazem com que você se alerte para isso, né? Então que tenha sempre pertinho para saber em que norte você vai (Entrevistada 5).

Olha, sem a teoria não há como ler a prática, você só consegue mudar a realidade, a prática com a teoria, é um diálogo constante teoria e prática, é como se você tivesse uma lupa de aumento. É uma lupa de aumento, o conhecimento ele faz você, que nem eu falei, a educação não é tudo, mas é quase tudo (...). Então quanto mais você conhece mais você sabe dialogar, mais você é perspicaz pra ver a linguagem não-verbal [...] (Entrevistada 6).

Vejo que dentro do contexto atual da SEDEST, eles são de grande importância para se impor e nortear as competências do assistente social, seus deveres, tendo em vista a que em alguns momentos a profissões existentes na Política de Assistência Social são diversas e em alguns momentos fazem as mesmas ações (...) e a influência positiva é o legado de buscar garantir um atendimento de qualidade aos usuários no contexto da cidadania, da autonomia e da transformação societária, e sendo esta ainda um desafio (Entrevistada 7).

Nas respostas apresentadas, chama atenção a importância que os profissionais atribuem aos instrumentos na prática profissional. Identificamos que as profissionais tratam sobre os instrumentais como se fosse algo diretamente aplicado a prática profissional, porém o que entendemos é que esses instrumentais como balizadores do Projeto ético-político estão para além de algo que possa ser manuseado na prática, mas sim, uma postura profissional respaldada nas dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativa da prática profissional na direção teórico-crítica. Nesse sentido,

[...], este processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológico e interventivos, a partir da tradição marxista, para a profissão ocorre em um amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate plural que implica na convivência e no diálogo de diferentes tendências, mas que supõe uma direção hegemônica (Yazbek, 2009, p. 151-152).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das apreensões e reflexões feitas até aqui, consideramos que muitos questionamentos e inquietações ainda ficam sem respostas satisfatórias ao nosso aguçado interesse diante da temática sobre o Projeto Ético-político neste trabalho e sobre o qual nos debruçamos durante incansável período.

Os assistentes sociais que foram participantes deste estudo e que atuam na política de Assistência Social nos CRAS, movimentam-se para a capacitação continuada em área específica de sua atuação, ou seja, no atendimento Integral a Família e Comunidade e menos na formação de Gestão das Políticas. Também não se observa o interesse de formação em mestrado ou doutorado. Destacamos que os profissionais apresentam dificuldades de compreensão das diferentes dimensões do Projeto ético-político, tais como dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, aparecendo mais evidente na concepção da maioria a dimensão ética da profissão.

É muito recorrente o jargão na concepção dos profissionais de que o Projeto ético-político é o que da direção à prática profissional, sem muito aprofundar a demais dimensões que conferem ao PEP a hegemonia no Serviço Social. A construção histórica do projeto também é pouco problematizada, assim como a sua dimensão política também não é citada pelas profissionais.

A direção crítica do projeto profissional aparece enviesada por concepções que reproduzem a intervenção na assistência por práticas de empoderamento. Aparece a liberdade como valor central na concepção das assistentes sociais, porém, não aparecem os valores do projeto como a Democracia, justiça e Igualdade. Algumas concepções observadas sobre a compreensão da profissão já deveriam estar superadas diante dos avanços do Serviço Social brasileiro. Os avanços da profissão que foram destaque dos profissionais se deve a importância da formação profissional frente as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que traz avanços significativos a formação crítica, também aparece a dimensão investigativa com produção teórica de conhecimento próprios da profissão, a oferta de cargos de Gestão de políticas também é reconhecido como avanço no campo profissional. Outro avanço se deve ao aumento do mercado de trabalho para a profissão, porém pouco aparece na apreensão das entrevistadas o avanço na direção ético-política e teórico-metodológica.

Os profissionais entrevistados consideram que as limitações da prática profissional na instituição nas quais estão inseridos se deve a falta de estrutura física, de mais profissionais, o que torna as práticas pontuais, possuem uma autonomia relativa o que força que alguns profissionais criem estratégias para direcionar sua prática.

A teoria social crítica de Marx aparece como a teoria utilizada como referência das práticas profissionais, mas também foram citadas referências bibliográficas de Yamamoto, José Paulo Netto, Yazbek e outros como se fossem teorias do Serviço Social o que nos demonstrou a ausência de domínio de quais teorias fundamentaram e fundamentam o percurso histórico do Serviço Social.

O destaque dado a relação entre Serviço Social e Assistência Social foi dada sobre a relação construída desde o surgimento da profissão, o que consideramos existir equívocos de concepção, uma vez que essa relação inicial estava associada a prática assistencial e não a uma política social, destacamos ainda a importância da assistência como instrumento de manutenção da sociedade burguesa.

As demandas postas para a profissão nos CRAS pontuadas foram: Benefício Eventual, Bolsa Família, auxílio natalidade, dentre outros benefícios assistenciais. Consideramos objeto de destaque na fala das profissionais a convergência sobre a Assistência Social não dar conta das demandas dos usuários nos CRAS, problematizadas pela falta de estrutura, muita demanda e pouco recurso destinado a política, falta de pactuação com outras políticas que possam fortalecer a rede socioassistencial, portanto é considerada uma política excelente, mas que não funciona efetivamente.

As ações profissionais mais importantes pontuadas aos usuários dos CRAS foram: o empoderamento, a responsabilidade com as famílias, os programas de mobilização cidadã e o cadastro único, nesse sentido destacamos o quanto a prática profissional se confunde com a prática institucional.

Os instrumentos e normativas legais de destaque para os assistentes sociais são o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares, a Lei de Regulamentação da Profissão e regulamentações do CFESS, o que consideram de incomparável importância, uma vez que consideram que é o que dá direção a prática profissional.

Consideramos que a Abrangência desta reflexão está para além desde exercício de construção deste estudo, que necessita ser aprofundado de forma permanente nos diferentes espaços sócio-ocupacionais para que se possa agregar as bases e as diferentes dimensões que permeiam a construção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Projeto Ético-político e ao qual ousamos tentar compreender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDAIZA, de Oliveira Sposati. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. Aldaiza de Oliveira Sposati...[et al.]. – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. **Lei orgânica da Assistência Social (LOAS)** : Lei nº . 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 156 p. – (Série legislação; n. 111)

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Novembro de 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Behring, Ivanete Boschetti. **Política Social: fundamentos e história**. – 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. **O Financiamento da Seguridade Social no Brasil no Período de 1999 a 2004: Que Paga a Conta?**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.

CASTRO, Iêda Maria Nobre de. **PACTO FEDERATIVO E FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: As implicações da regulação do SUAS nos orçamentos municipais**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – Code 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão = Código de ética profesional Del asistente social: Lei 8662/93 que regula La profesión de asistente social = Social worker code of Professional ethics: Law 8662/93, regulating the profession of social worker / Conselho Federal de Serviço Social ; tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva ... [et al] – Brasília : CFESS, 2006.**

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Revista Inscrita. Ano VIII – Nº XII** – Novembro de 2009.

_____. CFESS Manifesta Análises Conjunturais. Gestão 2005 – 2008. **“Defendendo Direitos, Realizando a Democracia”**. Brasília, janeiro de 2008.

_____. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. 760p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V. 1).

IAMAMOTO, Marilda Villela, Raul Carvalho. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. – 21.ed – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 16. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** – 10. Ed. – São Paulo : Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social.** – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. v 1).

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** – 11 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64** – 16. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

MARX Karl; ENGELS Friedrich. **MANIFESTO COMUNISTA.** Organização e introdução Osvaldo Coggiola, tradução do Manifesto Comunista: Álvaro Pina. 5ª reimpressão: novembro de 2007. Boitempo editorial – Jinkings Editores Associados Ltda. São Paulo, SP.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 09 – 32, Jan./Jun. 2007.

PEREIRA, Camila Rafaelle Santiago. **O impacto da precarização do trabalho na prática profissional dos assistentes sociais que atuam no Centro de Referências da Assistência Social** do Distrito Federal. TCC - Universidade de Brasília, 2013.

RAICHELES, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. (Publicação : Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V. 1)

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** – São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época ; v. 132)

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010 – (Biblioteca básica de Serviço Social ; v. 3).

ANEXOS

ANEXO 2:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, R.G. _____, CPF _____, concordo em participar como entrevistada em entrevista realizada pela estudante Maria Auxiliadora Oliveira Costa, CPF 337.296.462-49, Matrícula 11/0153359, com finalidade de realizar seu trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Declaro que estou ciente do objetivo da pesquisa que se propõe identificar quais limites e fortalecimento para articular o Projeto Ético-político no exercício profissional.

Me faço ciente da provável gravação, transcrição e análise das minhas participações, de forma que respeite o caráter de anonimato, fazendo também uso de pseudônimo caso necessário, para a garantia do sigilo.

Declaro ainda que minha participação não é obrigatória e a qualquer momento poderei desistir da entrevista ou recusar a responder às perguntas que eu julgar ofensivas e/ou me causarem constrangimento. As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e será assegurado o total sigilo da minha participação.

Em caso de dúvidas posso entrar em contato com a estudante Maria Auxiliadora Oliveira Costa pelo telefone (61) 9617 1807 ou pelo correio eletrônico auxiliadoracosta01@gmail.com, ficando comigo cópia deste Termo para obtenção dos dados.

Assinatura de Autorização

Brasília, julho de 2014

ANEXO 3:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1ª Parte : Identificação

Assistente Social: _____

Telefone: (061) _____. E-mail: _____

Data da Entrevista: ____/____/2014.

2ª Parte: Formação Acadêmica

Ano de Formação: entre 1980 a 1990 () entre 1990 a 2000 () entre 2000 a 2014 ()

Instituição: _____

Curso de Pós-graduação: ()sim () não

Sim () Qual: _____

Se resposta não. Por que? _____

3ª Parte: Projeto Ético-político

1. Como você, de maneira resumida, explicaria o que é o Projeto Ético-político profissional

2. Você considera importante o Projeto Ético-político para a profissão

() Sim, por que?

() não

3. Você considera que sua prática profissional tem como Diretriz o Projeto Ético-político do Serviço Social ? Justifique sua resposta

4. Quais são? na sua opinião, os Valores Centrais do Projeto Ético- político?

5. Você considera que este Valor é importante para sua prática, por que?

4ª Parte: Prática Profissional

Instituição que trabalha:_____

Ano do ingresso na Instituição:_____

Carga horária de trabalho:_____

Média salarial (em salários mínimos):_____

1. Você considera que nas ultimas décadas o Serviço Social brasileiro avançou enquanto profissão. Justificar a resposta.
2. Se a resposta sim na questão anterior. Qual sua concepção sobre os avanços da profissão nos últimos tempos?
3. Você considera que existam limitações de sua Prática Profissional no contexto da Instituição na qual está inserida(o). Se a resposta for sim. Quais?
4. Você considera ter autonomia na sua Prática Profissional dentro da Instituição? Justifique sua resposta.
5. Quais Teorias você tem como referência para o desenvolvimento da sua prática? Justifique a resposta?

5ª Parte: CRAS

1. Para você existe relação entre a Política de Assistência Social e o Projeto Ético-político da profissão? justificar a resposta?
2. Quais são as demandas mais recorrentes à sua prática aqui no CRAS?
3. Como você avalia as políticas da Assistência Social frente as demandas do CRAS?
4. Como assistente social deste CRAS onde você localiza a contribuição da sua Prática Profissional?
- 5- Descreva as ações profissionais desenvolvidas no CRAS que você considera mais relevante para os usuários dos serviços. justifique a resposta.

6ª Parte: Normativas Legais

- 1- O que você identifica como Instrumento/Normativas Legais da profissão?
- 2- como você avalia a influência desses Instrumentos na profissão?